

# POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

## Editorial

### Orçamento 2008: uma oportunidade perdida

O Orçamento é sempre um instrumento crucial para antecipar no horizonte a linha de rumo enformadora das políticas públicas. É no Orçamento que se perscrutam os sinais dos tempos vindouros. Em suma, o Orçamento é uma verdadeira antecipação do futuro.

Ora, a leitura da proposta de lei relativa ao Orçamento para 2008 revela-nos, incontornavelmente, uma oportunidade perdida, por três ordens de razões fundamentais:

**Primeiro**, porque aponta para uma consolidação orçamental feita do lado da receita (e do aumento da carga fiscal) e não do lado da despesa, com uma efectiva e séria redução do sobrepeso do Estado na economia.

**Segundo**, porque não contempla políticas sociais e de investimento pró-activas que criem condições objectivas para a criação de emprego, combatendo o maior flagelo actual da sociedade portuguesa que é o desemprego.

**Terceiro**, porque é a confirmação inequívoca da maior falácia do Governo nesta legislatura, no caso o fiasco da reforma da Administração Pública.

Com as nefastas consequências daí decorrentes para libertar os necessários recursos do sector público para o sector privado, com vista a promover o crescimento económico sustentado, a produtividade e a competitividade das empresas.

Manifestamente, uma oportunidade perdida. Mais uma. Até quando?

## Governo está cada vez mais “isolado” e “prisioneiro do ciclo eleitoral



### Destaques:

“O Governo tem medo, tem receio, deste PSD renovado e com propostas concretas”

Em “Actividades do Presidente”, pag. 2 e seguintes

Patinha Antão encerra, pelo PSD, o Debate sobre o Orçamento

Em “Actividades do PSD”, no interior

«O Orçamento é deprimente e desmobilizador, a economia mantém um crescimento “rastejante” » – Hugo Velosa, no debate

Em “Actividades do PSD”, no debate sobre o Orçamento 2008

## «Renovamos a proposta de acordo sobre investimentos públicos»

O líder do nosso partido, Luís Filipe Menezes, renovou no dia 11 a proposta ao Governo para, no âmbito parlamentar, celebrar um acordo sobre os investimentos públicos a realizar a médio prazo, considerando que se trata de uma medida de “transparência”.

“Reeditamos a proposta. Sentem-se connosco e com os outros partidos”, afirmou Luís Filipe Menezes, no encerramento do XI Congresso dos Trabalhadores Social-Democratas, que decorreu este fim-de-semana em Lisboa.

Sublinhando que a celebração deste acordo será uma “medida razoável, de clareza, rigor e transparência”, o líder social-democrata desafiou o executivo socialista a aceitar que sejam definidas “regras escrupulosas” para os investimentos públicos a realizar nos próximos anos.

Apesar da renovação da proposta, Luís Filipe Menezes não deixou de comentar os ataques do ministro da Presidência no seu discurso no encerramento do debate na generalidade do Orçamento de Estado para 2008 e a sua recusa em fazer pactos com o PSD, alegando ser “difícil fazer pactos de regime com quem não pára quieto e está sempre a mudar de posição”.

“O que mereciam era que dissessemos que não há pactos sobre mais nada”, considerou o líder social-democrata.

Contudo, acrescentou, como o PSD “tem sentido de Estado”, não só renova a proposta do acordo sobre os investimentos públicos, como “honrará os pactos que já existem”, em matérias como a Justiça, a integração europeia ou segurança interna.

Ainda a propósito do debate do Orçamento de Estado para 2008, que decorreu entre terça e quinta-feira no Parlamento, Luís Filipe Menezes criticou a “irascibilidade e agressividade” demonstrada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, assegurando que as suas intervenções terão sempre um “tom diferente”.

“Não me verão fazer ataques de carácter ao primeiro-ministro como o temos visto fazer a um antigo Primeiro-ministro”, assegurou, numa referência ao agora líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes.

Recordando ainda o debate do Orçamento de Estado, Luís Filipe Menezes voltou a falar das propostas avançadas pelos sociais-democratas além do acordo sobre os investimentos públicos, nomeadamente a constituição de uma comissão parlamentar para monitorizar a aplicação dos fundos comunitários, a “afertação objectiva do défice orçamental real” através dos mesmos



critérios seguidos há dois anos pela chamada ‘comissão Constâncio’.

“Também queremos que o primeiro-ministro diga, preto no branco, quais os critérios objectivos para baixar os impostos”, acrescentou, reiterando que o PSD não consentirá que a redução da carga fiscal esteja dependente de “critérios eleitorais”.

Luís Filipe Menezes lembrou também “o muito que se falou” do PSD no debate do Orçamento de Estado para 2008, atribuindo a relevância dada ao “medo” do Governo.

“É medo, receio, deste PSD renovado, com propostas concretas”, salientou.

Num longo discurso, que ultrapassou a meia-hora, o líder social-democrata deixou ainda críticas à forma como o Governo tem agido na concertação social, prometendo que, nos próximos meses, o PSD irá lançar um grande debate sobre a modernização da administração pública e sobre os investimentos públicos.

Antes de Luís Filipe Menezes, o secretário-geral dos Trabalhadores Social-Democratas, Arménio Santos, tinha também abordado as questões relativas à administração pública, manifestando o seu apoio à “luta” dos funcionários do Estado.

“Apoiamos a vossa luta, têm a nossa solidariedade”, disse, numa alusão à greve da função pública marcada para 30 de Novembro.

Desta forma, Luís Filipe Menezes, aproveitou o encerramento do XI congresso dos Trabalhadores Social-Democratas (TSD), para, segundo prometeu, responder à recusa do Governo em fazer pactos de regime com o seu partido.

O líder social-democrata, respondeu perante os trabalhadores sociais-democratas aos ataques do ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, que justificou a recusa do executivo em estabelecer acordos com o PSD dizendo que “é difícil fazer pactos de regime com quem não pára quieto e está sempre a mudar de posição”.

“Os pactos ficam para domingo”, disse Luís Filipe Menezes na quinta-feira, quando instado a comentar a recusa do executivo socialista em fazer acordos em áreas como os investimentos públicos ou a segurança interna.

Já segunda-feira, na véspera do início do debate na generalidade da proposta de Orçamento de Estado para 2008, Luís Filipe Menezes fez questão de dar uma conferência de imprensa para ‘marcar’ a posição do partido e ‘balizar’ os assuntos que acabariam por

ser abordados pelos deputados no Parlamento ao longo dos três dias de discussão.

Terça-feira de manhã, ainda antes do início do debate na Assembleia da República, Menezes voltou a aparecer, aproveitando uma visita à Associação de Agricultores de Coruche para criar uma “dialéctica” estratégica com o grupo parlamentar, levando o debate político também à sociedade civil.

“O senhor primeiro-ministro está ausente” e “cada vez mais virado para questões de política externa”, enquanto “nós estamos no Parlamento com um bom grupo e um bom líder parlamentar e estamos no país a conversar com as pessoas”, defendeu o presidente social-democrata.

Na quarta-feira, no segundo dia do debate na generalidade do OE para 2008, o líder do PSD deslocou-se mesmo à Assembleia da República para almoçar com a direcção do grupo parlamentar, deixando elogios à prestação de Pedro Santana Lopes na véspera.

“Está exactamente na linha que queria que estivesse”, salientou, aproveitando a presença de toda a comunicação social para, uma vez mais, enviar ‘recados’ ao executivo socialista, acusando-o de “criar cortinas de fumo” no debate do OE para 2008.

Já na quinta-feira, poucas horas depois da aprovação do debate do OE para 2008 no Parlamento, Luís Filipe Menezes voltou a aparecer no final de uma reunião com o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, lançando farpas à “falta de vontade” do Governo em conseguir uma “concertação social bem sucedida”.

Menezes deixou ainda a ‘receita’ que o PSD seguirá quando chegar ao Governo: “discutir tudo de forma global”.

“A política salarial, os direitos sociais, a reforma estrutural da administração pública. Tudo tem de ser discutido de forma global”, defendeu.

### Luís Filipe Menezes comenta o discurso do Presidente da República no Chile

O líder do PSD subscreveu, no dia 8, os elogios do Presidente da República às “reformas profundas” do Governo, considerando que têm que ver com “o sentido de responsabilidade” de Cavaco Silva, que está no estrangeiro a “promover Portugal”.

“Subscrevo por inteiro. Tem que ver com o sentido de responsabilidade do Presidente da República e o seu dever de Estado de estar numa visita de



Estado a promover Portugal”, afirmou Luís Filipe Menezes, em declarações aos jornalistas na sede do partido, no final de um encontro com o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado.

O Presidente da República elogiou, no Chile, as “reformas profundas” que estão a ser feitas pelas autoridades portuguesas em áreas como a Administração Pública, Justiça e Segurança Social.

Instituto a comentar estas declarações, Luís Filipe Menezes disse que se estivesse no lugar de Cavaco Silva “faria o mesmo”, porque se tratava de uma intervenção feita perante “empresários e potenciais investidores”.

“O Presidente da República é um homem muito responsável, um político muito responsável”, assinalou, considerando que Cavaco Silva “esteve muito bem” ao dar a imagem de um Portugal “moderno e competitivo”.

Contudo, acrescentou Luís Filipe Menezes, esta posição de Cavaco Silva não o impede que, quando está em Portugal, de “chamar a atenção” do Governo, como fez recentemente a alertar para a fraca competitividade da economia.

A propósito da reforma da Administração Pública, um dos temas do encontro da direcção social-

democrata com o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado”, Luís Filipe Menezes deixou críticas à forma como o executivo socialista se relaciona com os seus parceiros, considerando que há uma “total falta de vontade de concertação social”.

“Há uma incapacidade de concertação com os parceiros”, acusou, prometendo que quando o PSD for Governo irá apostar numa concertação “criativa e responsável”, onde a política salarial, os direitos sociais e a reforma estrutural da Administração Pública seja discutida de “forma global”.

Luís Filipe Menezes considerou ainda que o Governo está cada vez mais “isolado” e “manifestamente prisioneiro do ciclo eleitoral e não do ciclo do rigor”.

Questionado sobre a recusa do executivo socialista em estabelecer pactos de regime com o PSD, Luís Filipe Menezes reservou uma posição para um momento posterior, adiantando apenas que os sociais-democratas não são uma “bengala” do Governo apenas para aquilo que o executivo quer.

“Quando propomos acordos parlamentares alargados estamos a defender o interesse nacional”, salientou.

O líder social-democrata disse ainda que se o Governo rejeitar esses pactos

alargados “vai ter de assumir as suas responsabilidades noutra tipo de pactos”.

Luís Filipe Menezes quer que o primeiro-ministro se pronuncie sobre a descida de impostos [05-11-2007]

## Presidente do PSD pede “clarificação” de Sócrates em matéria fiscal

O presidente do PSD pediu a clarificação do chefe do Governo em matéria fiscal. «Queremos que o primeiro-ministro clarifique a política fiscal. Se tenciona baixar os impostos, quais e quando. Tem que dizer o que é para ele a consolidação orçamental e quais são os critérios para que não fique a dúvida de que o critério seja a aproximação das eleições», afirmou Luís Filipe Menezes, em conferência de imprensa, segunda-feira da semana passada, na sede nacional.

Reafirmando o voto do PSD contra a generalidade, Menezes lembrou que uma mudança de posição do partido, na votação final global, só aconteceria se o Governo mudasse o rumo de uma política que tem prejudicado os portugueses.

Relativamente ao Quadro de Referência Estratégico (QREN), o líder do PSD considerou que não há razão para que o Governo impeça a criação de uma comissão parlamentar permanente para acompanhar a aplicação do QREN, aberta à sociedade. De acordo com Luís Filipe Menezes, são «fortes as suspeições face ao Quadro de Referência», pelo que se justifica o acompanhamento por uma comissão parlamentar.

O presidente do PSD reiterou o apelo ao Governo para um acordo parlamentar na área dos investimentos públicos num prazo de dez anos - que inclua as decisões sobre o novo aeroporto internacional e o comboio

de alta velocidade - assim como um debate sério sobre os critérios usados para a consolidação orçamental e a definição dos objectivos da reforma da administração pública.

## PSD dedicará primeiro trimestre de 2008 a roteiro sobre o interior e agricultura

O líder do PSD anunciou que o PSD vai dedicar o primeiro trimestre de 2008 a um roteiro temático sobre o interior e a agricultura, apresentando propostas concretas para o desenvolvimento do sector.

Luís Filipe Menezes, que se deslocou a Coruche acompanhado por deputados e pelo vice-presidente Mendes Bota, lembrou que a agricultura está a ser completamente esquecida, provocando um abandono profundamente injusto que atinge mais de um milhão de portugueses.

O presidente do PSD comentou o fim da produção de beterraba, que está a colocar em causa o funcionamento da fábrica de açúcar da região, considerando que esta crise poderia ter sido prevenida com uma postura mais beligerante na defesa dos interesses nacionais junto de Bruxelas.

Na deslocação a Coruche, que teve como auge um encontro com a Associação de Agricultores de Coruche e Vale do Sorraia, Menezes assegurou que vai questionar o Governo sobre as preocupações dos agricultores da região, em especial, a falta de crença dos agricultores na boa-fé do Governo em matéria de pagamentos de fundos, facto que levou muitos produtores a não concorrerem a apoios comunitários, uma situação que é agravada pela concentração das candidaturas nas direcções regionais de agricultura, em prejuízo das associações do sector. – Fontes: Lusa, DN, RTP 1



# Aspectos da discussão do Orçamento do Estado-2008

O líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, considerou “um grande erro político do Governo” o discurso do ministro da presidência no encerramento do debate na generalidade do Orçamento de Estado para 2008.

No encerramento do debate, Pedro Silva Pereira, fez hoje um ataque cerrado ao PSD, sobretudo a Santana Lopes, dizendo estar de volta a este partido a “falta de sentido de Estado”, e afastou a proposta social-democrata para novos pactos de regime.

Numa reacção a estas críticas, Santana Lopes classificou com “um grande erro político” a intervenção do ministro da Presidência.

“Falou mais do PSD do que do OE. Foi um grande erro político do Governo”, afirmou.

Gratejando que “não merecia” tanta atenção por parte do ministro da Presidência, Santana Lopes assinalou o facto de Silva Pereira ter repetido cerca de uma dezena de vezes que o executivo socialista tinha ganho o debate na generalidade do OE para 2008.

“É a vitória moral”, ironizou.

Relativamente às críticas de Silva Pereira acerca das mudanças de posição do PSD, Santana Lopes recordou que o Governo também tinha “jurado” que o novo aeroporto de Lisboa seria construído na Ota e agora já mandou fazer mais estudos.

“O PS também tem vários cambiantes na história democrática, mudanças de posição conforme a direcção”, acrescentou.

Santana Lopes reiterou ainda a disponibilidade do PSD para estabelecer pactos



com o PS acerca dos grandes investimentos públicos, considerando que “seria bom para o país”.

**No debate, o PSD considerou que a carga fiscal é excessiva e desnecessária e mas que a política de impostos deve ser estável a médio prazo e não pode mudar “ao sabor de flutuações conjunturais”**

O PSD considerou hoje que a carga fiscal é excessiva, desnecessária e prejudica a consolidação orçamental mas que a política de impostos deve ser estável a médio prazo e não pode mudar “ao sabor de flutuações conjunturais”.

A intervenção final do PSD no primeiro dia do debate do Orçamento do Estado para 2008, no Parlamento, coube ao deputado social-democrata Patinha Antão.

Como tinha sido anunciado pelo partido, Patinha Antão exigiu que o Governo do PS assegure que “não cederá à tentação eleitoralista de manipular a política de impostos para tentar ganhar as eleições legislativas de 2009” - sem ter obtido, para já, resposta dos socialistas.

A posição do PSD, segundo o deputado, é a de que houve com o actual executivo “um aumento excessivo da carga fiscal sobre os contribuintes cumpridores” e “também desnecessário e prejudicial à finalização da consolidação orçamental em curso”.

Se o partido tivesse ganho as eleições legislativas de 2005, teria recusado aumentar impostos e as receitas fiscais só subiriam “pelos ganhos da luta contra a evasão e fraude fiscais”, disse.

No entanto, para o PSD, “dada a perda de qualidade e velocidade da actual consolidação orçamental que este orçamento acentua, seria irresponsável que ele incluisse qualquer baixa de impostos significativa em 2008”, acrescentou Patinha Antão.

“A política de impostos requer estabilidade a médio prazo, os seus efeitos afectam duradouramente a economia. Ela não deve mudar ao sabor de flutuações conjunturais, muito menos por razões eleitoralistas”, defendeu.

O social-democrata insistiu que o Governo deve durante este debate orçamental “anunciar qual é a sua estratégia de política de impostos” e “declarar que a subordinará aos critérios objectivos da União Europeia (UE) previstos no Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC)”.

Patinha Antão antecipou que “o Governo não atingirá nenhum destes critérios, nem em 2008, nem em 2009”.

O PS interpelou o deputado do PSD, sem responder à exigência sobre a política de impostos para os próximos dois anos.



– Fontes: PLivre e Lusa



# A primeira intervenção do Presidente do Grupo Parlamentar

O debate começou com uma longa intervenção (cerca de 30 minutos) do Primeiro-Ministro, seguindo-se as primeiras intervenções-pedidos-de-esclarecimento dos partidos da Oposição que, com 5 minutos apenas, estiveram, à partida, a combater com armas desiguais, como aliás sucede em todos os debates com o Governo, que o regimento faz enviesar fortemente a favor do Executivo.

Pelo PSD, o Presidente do GP. Pedro Santana Lopes disse:

Passou mais de metade da Legislatura, V. Ex.<sup>a</sup> e o seu Governo, Sr. Primeiro-Ministro, estão em funções há mais de dois anos e meio — faltam menos de dois anos para as próximas eleições, se tudo correr conforme o previsto constitucionalmente.

Não levarão, por isso, V. Ex.<sup>a</sup> e o seu Governo a mal que este debate seja uma ocasião para fazermos um balanço, para falarmos de resultados.

Os cinco minutos de que disponho são para colocar questões. A diferença entre o tempo de intervenção do Primeiro-Ministro e o tempo para cada um dos líderes parlamentares colocar questões é tão grande como a distância que vai do conteúdo do seu discurso à realidade do País.

Permita-me, Sr. Primeiro-Ministro, que diga que não vou, nesta intervenção, responder às questões que pôs sobre o passado.

O passado interessa, fundamentalmente, a quem queira estudar a História.

Devo dizer que ouvi a estranheza do Sr. Primeiro-Ministro em relação aos líder partidário ou ao líder da bancada parlamentar do partido político que, nas classificações tradicionais, se situa no «centrodireita».

Sr. Primeiro-Ministro, talvez um dia venha a sentir que é normal e próprio de quem combate em democracia ganhar eleições e voltar, perder eleições e voltar.

Só nunca mais volta quem governa em ditadura, pois, quando perde, normalmente vai para o exílio e nunca mais quer saber da democracia nem do seu povo.

Terceiro ponto, Sr. Primeiro-Ministro: em relação a essa questão do passado e porque sei que gosta de citações históricas, permita-me referir uma frase sua, num debate: «Uma agenda de governação que passa por restaurar o sentido de Estado passa por ter um governo que não passe a vida a dizer mal do governo anterior para justificar os seus próprios falhanços.» Isto foi dito por José Sócrates, em Fevereiro de 2005.

O Sr. Primeiro-Ministro esteve até aos 16 minutos da sua intervenção –



mais de metade! - a falar da realidade fora do Orçamento, mas permita-me que, nestes minutos dedicados a perguntas, concedendo e não tendo qualquer dúvida de que a sua preocupação é assegurar que o País caminhe na rota certa do desenvolvimento, que se atinjam os resultados a que se propôs quando assumiu funções, coloque algumas questões à sua consideração.

Sr. Primeiro-Ministro, não vou falar dos compromissos que assumiu na campanha eleitoral — esse passado só interessa para a tal «avaliação»... — mas há-de reconhecer, pelas razões que já expôs várias vezes, que teve de mudar a sua agenda em relação, por exemplo, aos 150 000 postos de trabalho, ou à não subida dos impostos, ou à não mudança da idade da reforma. A realidade que diz ter encontrado levou à mudança.

Demos por adquirido! Mas, Sr. Primeiro-Ministro, há aqui uma realidade que não pode ser desmentida: a incoerência, mesmo que não culposa, entre o que foi dito na campanha eleitoral e aquela que é a prática governativa.

Vamos ao segundo ponto: o Sr. Primeiro-Ministro, justificando-se com a situação orçamental que o Dr. Vítor Constâncio lhe comunicou na altura, dizendo que era aquela que existia e que V. Ex.<sup>a</sup> desconhecia, decidiu-se por um aumento da carga fiscal. Devo dizer que, tendo pedido para ouvir — com delícia, como sempre — a gravação dos debates que mantivemos na RTP, tenho muitas frases de V. Ex.<sup>a</sup> sobre o que representa o aumento do IVA e as críticas que fazia ao aumento de 17% para 19% decretado no governo do Dr. Durão Barroso e da Dr.<sup>a</sup> Manuela Ferreira Leite. Não vou perder tempo com essa citação, mas lembrar-se-á certamente do que então dizia.

A questão que lhe coloco, Sr. Primeiro-Ministro, é se, em relação ao IVA, já fez as contas ao que representa

nas zonas mais desprotegidas de Portugal, nas zonas raianas; se sabe o quanto «alimentamos» os cofres do Orçamento de Espanha, do Governo do Sr. Zapatero, com os 1000 milhões de euros que vão todos os anos para lá da fronteira, em IRC e em IRS, e com os mais de 80 000

portugueses inscritos na segurança social, neste momento, do lado de lá da fronteira.

Anoto mais uma característica: a insensibilidade em relação aos direitos adquiridos.

Valeu a pena alterar as regras para a aposentação das pessoas que têm mais de 55 anos, quando já estão à beira da reforma? Foi o Sr. Primeiro-Ministro que disse, em 6 de Outubro de 2002: «É o Estado a comportar-se como uma pessoa menos de bem, porque altera as regras no momento em que as pessoas já não se podem adaptar a elas».

Rendeu-lhe 50 milhões de euros por ano, Sr. Primeiro-Ministro!

Valeu a pena não portajar as SCUT, aumentar o IVA e tratar com esta insensibilidade aqueles que estavam à beira da aposentação?

São estas as questões a que, nesta fase, antes da nossa intervenção de fundo, gostava que o Sr. Primeiro-Ministro fizesse o favor de dar resposta.

(Nota: Como habitualmente, não houve resposta, mas mais considerações sobre o passado — o “passa-culpas” que já se transformou na “cassete” do PS, só que menos apelativa que a de Álvaro Cunhal, quando era Sec. geral do PCP!)

## Intervenção de Patinha Antão no dia 6 de Novembro



Ao longo do tempo, a política de impostos do Governo tem vindo a merecer críticas crescentes e cada vez mais alargadas, e é hoje objecto de uma rejeição geral.

Apresentado que está o Orçamento de Estado para 2008, é tempo de sujeitar os resultados desta política a um balanço e prestação de contas.

O principal elemento comum das críticas generalizadas à política de impostos do Governo é que ela se fundamenta num aumento excessivo da carga fiscal sobre os contribuintes cumpridores.

Esta crítica tem toda a razão de ser. Mais, este aumento de carga fiscal

não é apenas excessivo.

É também desnecessário e prejudicial à finalização da consolidação orçamental em curso.

Esta afirmação fundamenta-se na estratégia de consolidação orçamental que o Partido Social-Democrata defende e que é radicalmente diferente da que o Governo escolheu.

A primeira produz resultados francamente melhores do que a segunda.

Teve o Governo oportunidade de corrigir os erros da sua estratégia de consolidação orçamental neste Orçamento de Estado, mas não o quis fazer.

E, dada a perda de qualidade e de velocidade da actual consolidação orçamental que este Orçamento acentua, seria irresponsável que ele incluisse qualquer baixa de impostos significativa em 2008.

A política de impostos requer estabilidade a médio prazo e os seus efeitos afectam duradouramente a economia.

Ela não deve mudar ao sabor de flutuações conjunturais, e muito menos por razões eleitoralistas.

Daqui a um ano, o Governo apresentará o último Orçamento desta legislatura, mas já não será responsável

pela sua execução na totalidade.

O Governo tem pois o dever de dar ao País a garantia de que não cederá à tentação eleitoralista de manipular a política de impostos, para tentar ganhar as eleições legislativas de 2009.

Há uma forma objectiva de o fazer.

É declarar que subordinará a sua política de impostos em 2009 aos critérios objectivos da União Europeia previstos no Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Tratemos sucessivamente cada um dos três pontos levantados, de forma serena e objectiva.

Que a actual carga fiscal é excessiva não sofre contestação.

O rácio da receita fiscal e contributiva em relação ao PIB sobre

do orçamentado pelo Governo, com 0,8 pp, visto que cai de 2004 para 2008, de 3,1% para 2,2% do PIB; e a redução do peso da despesa corrente primária, com apenas 0,5 pp, visto que cai de 2004 para 2008, apenas de 39,3% para 38,8% do PIB.

Ora, a importância relativa dos contributos de cada uma destas três componentes da consolidação orçamental, está muito distorcida em relação ao padrão que se verifica nas consolidações orçamentais que tiveram êxito.

Os excessivos contributos do aumento da carga fiscal e do corte do investimento público reduzem de forma duradoura o crescimento da economia e a criação do emprego.

anualmente, entre um mínimo de 1.184,7 M€ e um máximo de 2.222,2 M€, isto é, entre 0,7% e 1,3% do PIB.

Face ao artificialismo das metas orçamentadas, neste Orçamento para 2008 o Governo não teve outro remédio senão projectar um aumento da despesa corrente primária, para mais do dobro, fixando-o em 4,2%, quando em 2007 o fixara apenas em 1,8%.

Ora, esta nova projecção veio ainda afastar mais a combinação dos pesos relativos daquelas três componentes da combinação óptima que as instituições internacionais recomendam, a partir da avaliação empírica das consolidações orçamentais que tiveram êxito.

Em boa verdade, e infelizmente para Portugal, o padrão que a consolidação actual está a seguir aproxima-se cada vez mais do das consolidações orçamentais que não chegaram ao fim e que falharam.

É hoje óbvio que esta consolidação orçamental em curso não chegará ao fim nesta legislatura, como o Governo prometeu no seu início.

Com efeito, está a perder a pouca qualidade que trazia e a perder velocidade.

Deste modo, mesmo que mantenha, nos próximos anos, a velocidade que está prevista para 2008 - a redução do défice orçamental estrutural em 0,3 pontos percentuais que é, recorde-se, menos de metade da redução com que o Governo se comprometeu com Bruxelas - a consolidação orçamental em curso, com a actual estratégia, nunca chegará ao fim antes de 2012.

E, pior ainda, se a inesperada desaceleração de crescimento que se verifica actualmente na economia internacional, vier a ter, como se reccia, um impacto negativo significativo na nossa economia, a débil consolidação orçamental em curso pode até registar uma inversão de trajectória e perder os magros resultados até agora obtidos.

Portugal não estava porém condenado a esta trajectória de consolidação orçamental, que é, em cada dia que passa, cada vez mais decepcionante.

O Partido Social-Democrata, se continuasse a ser Governo em 2005, teria adoptado uma estratégia orçamental radicalmente diferente, centrada em cinco pontos.

Um corte bem maior e mais rápido no rácio da despesa corrente primária, entre 2004 e 2008, centrado na revisão das funções do Estado, com base no princípio da subsidiariedade, e na redução da ineficiência e do desperdício, com base na eliminação dos custos de contexto.

Recusa de aumento de impostos, pelo que a carga fiscal apenas subiria pelos ganhos da luta contra a evasão e fraude fiscais.

Utilização de receitas extraordinárias, se necessário, na primeira metade da consolidação, para cumprir as metas de acordadas com Bruxelas de redução anual do défice

orçamental.

Promoção vigorosa e selectiva do investimento público e privado, assente em ganhos de produtividade e competitividade externa para, em simultâneo com as exportações, alavancar maiores ritmos de crescimento económico e emprego, sem por em causa a restrição orçamental.

É confiar aos estabilizadores automáticos, na segunda metade da consolidação, o contributo maior para completar a consolidação orçamental, nos termos acordados com Bruxelas.

O Governo resolveu seguir um caminho diferente, um mau caminho.

E os resultados decepcionantes começam a surgir em catadupa.

É o PRACE que se atrasa irremediavelmente e a derrapagem da despesa pública corrente cujo descontrolo se acentua.

É também, e menos falado, o efeito negativo permanente, sobre o crescimento económico e a criação de emprego, do excesso da carga fiscal em que o Governo apostou.

As organizações internacionais, através das elasticidades imposto rendimento, calculam que este efeito negativo se verificará durante toda a legislatura, cifrando-se em, pelo menos, 0,5 pontos percentuais do PIB, por ano.

Isto significa menos 850 Milhões de Euros de rendimentos que as famílias deixam de receber em cada ano que passa, e menos 20 mil empregos que a economia deixa de criar, em cada ano em que o investimento estagna.

O Governo resolveu ir por aqui, e não quis arrepiar caminho neste Orçamento de 2008.

Será integralmente responsável, pela última vez nesta legislatura, pela execução anual completa de um Orçamento de Estado.

Mas será ainda responsável pela preparação do Orçamento de Estado para 2009, embora apenas venha a prestar contas, para todos os efeitos práticos, e já em campanha eleitoral, pelos resultados do 1º semestre.

Um Governo que se pautou por um comportamento ético irrepreensível tem todo o interesse em garantir aos Portugueses que não cederá a tentações eleitoralistas quando estiver a preparar o Orçamento de Estado para 2009.

E tem, em qualquer caso, todo o interesse em fazê-lo se admitir que os Portugueses não se deixam facilmente enganar.

De uma forma ou de outra, o Governo deve pois anunciar qual é estratégia de política de impostos de médio prazo que defende para o País.

E, nomeadamente, deve declarar se subordinará, ou não, a sua política de impostos em 2009, aos compromissos que assumiu, em nome do País, quer como estado membro da Zona Euro da União Europeia, quer no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Recordemos que tais compromissos relevam de critérios objectivos que vinculam todos os



1,5 pontos percentuais, entre 2004 e 2008, de 34,9% para 36,4%.

Mesmo descontando os ganhos obtidos na luta contra a evasão e fraude fiscais, este aumento da carga fiscal continua a ser excessivo e prejudicial.

E, no entanto, ele tem sido o principal responsável pelos resultados, apenas sofríveis e em desaceleração, da estratégia de consolidação orçamental que o Governo prossegue.

Com efeito, entre 2004 e 2008, o défice orçamental global apenas baixa, em relação ao PIB, em Contabilidade Nacional e corrigido de receitas extraordinárias, de 5,2% para 2,4%.

E, para esta baixa de 2,8 pontos percentuais, concorrem:

- o aumento da carga fiscal, com os referidos 1,5 pp;

- a redução forçada do peso da despesa de investimento, isto é, abaixo

E o insuficiente contributo da redução da despesa corrente primária demonstra que os ganhos de eficiência e de produtividade na Administração Pública prometidos pelo PRACE são até agora praticamente nulos.

Acresce que se verifica uma derrapagem sistemática da execução orçamental da despesa corrente primária, quer em relação às suas metas orçamentais, quer em relação aos compromissos assumidos no Programa de Estabilidade e Crescimento 2006-10.

### Artificialismo das metas orçamentadas

Com efeito, comparada a execução com a respectiva previsão orçamental nos anos de 2005 e 2007, verifica-se que essas derrapagens oscilaram,



estados membros da União Europeia e que, especificamente para Portugal, são os seguintes:

a) Descida do défice orçamental estrutural em, pelo menos, 0,75 pontos percentuais do PIB, por ano, até que o mesmo se reduza para, pelo menos, 0,5% do PIB.

b) Descida do peso da Dívida Pública no PIB, abaixo do tecto admissível de 60%.

Ora, é manifesto que o Governo não atingirá nenhum destes critérios, nem em 2008, nem em 2009.

Em 2008, na previsão do próprio Governo, o défice estrutural descerá apenas 0,3 pontos percentuais, muito abaixo dos 0,75 pp, fixados no compromisso europeu e no Pacto de Estabilidade e Crescimento 2006-2010.

Pelo seu lado, o défice orçamental de 2,4% do PIB, previsto para Dezembro de 2008 estará, obviamente, ainda muito longe de alcançar o objectivo de 0,5% do PIB, necessário para que a consolidação orçamental se dê por terminada.

Por último, o valor do rácio da Dívida Pública em relação ao PIB que o Governo prevê atingir em Dezembro de 2008, situa-se em 64,2%, isto é, 4,2 pontos percentuais acima do tecto admissível, o qual certamente continuará a ser excedido em 2009.

Não tem pois o Governo qualquer hipótese de completar em 2009 a consolidação orçamental que prometeu ao País realizar nesta legislatura.

Mas tem o dever, como foi dito, de esclarecer cabalmente, se, quando e como, pretende baixar impostos, e se subordinará, ou não, essa decisão aos critérios objectivos a que o País está vinculado como estado membro da União Europeia.

Este é o momento adequado para o Governo e o Partido Socialista esclarecerem o País a este respeito.

Se o não fizerem agora, tê-lo-ão que o fazer quando apresentarem, nesta Câmara, em Dezembro próximo, a revisão do actual Programa de Estabilidade e Crescimento.

Os Portugueses merecem ser informados a este respeito primeiro do que Bruxelas. – **Dep<sup>a</sup> Patinha Antão**

## Intervenção de Hugo Velosa no dia 7 de Novembro

O Primeiro-Ministro afirmou, antes da entrada em vigor da Lei das Finanças Locais que o aumento das transferências para os municípios equivaleria ao crescimento das receitas fiscais. Mais recentemente o Secretário de Estado do Orçamento afirmou o mesmo.

Puro engano.

O aumento das transferências para os municípios ficou em cerca de metade do aumento das receitas fiscais



em IRS, IRC e IVA no ano de 2006.

Conclusão: a Lei das Finanças Locais engana os autarcas e sobretudo, mais uma vez, o Primeiro-Ministro não honrou a sua palavra.

Será que alguém ainda acredita nas promessas do Primeiro-Ministro?

Uma coisa se confirma. Este Governo é centralista e não respeita o poder local.

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados,

O OE/2008 demonstra que o Governo quer continuar a “castigar” a RAM e os madeirenses.

A injusta Lei das Finanças Regionais provoca um corte global superior a 70 milhões de euros nas transferências para a Região.

Mais: Ao não prever normas que resolvam os problemas resultantes da alteração do regime do IVA a RAM verá diminuída a sua receita em mais 13 milhões de euros.

Pior: O Governo Regional passa a ficar obrigado a um aumento de despesa com a C.G.A. na ordem dos 15 milhões de euros.

Em rectificação ao Orçamento do Estado o Governo inscreveu uma dotação de 7,5 milhões de euros para as 2 Regiões Autónomas para certos de anos anteriores decorrentes da incorrecta aplicação da Lei das Finanças Regionais de 1998.

Ora sucede que tal acerto, só para a Madeira, é manifestamente superior a 50 milhões de euros, verba que o Estado deve à Região.

O desrespeito pelos direitos da Região Autónoma da Madeira não ficam por aqui: não há no O.E. dotação para comparticipação nacional em projectos co-financiados por fundos comunitários (cerca de 32 milhões de euros); E nada diz sobre o cumprimento de compromissos decorrentes do Protocolo sobre a convergência tarifária (16 milhões de euros).

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados,

O Governo demite-se das suas competências próprias em sede de PIDDAC: a Madeira é a região do País com menos PIDDAC per capita (23 euros) que comparam com 279 euros por cada continental e 96 euros por cada açoriano.

Conclusão: para este Governo a

Madeira e os Madeirenses continuam “de castigo” e a Administração Central e os seus serviços abandonaram a Região Autónoma da Madeira.

É um escândalo!

No Relatório do Orçamento do Estado afirma-se que este Orçamento “apoiar a recuperação da actividade económica e a criação de emprego”.

Nada mais falso!

O Orçamento é deprimente e desmobilizador para os cidadãos e para as empresas!

A nossa economia mantém um crescimento anémico e mesmo “rastejante”, como o classifica Medina Carreira.

O Governo não cria as condições para um crescimento económico que promova a competitividade, a produtividade e a diminuição do desemprego.

Em 2004 o PIB cresceu 1,5% e desde 2005 que se tem mantido abaixo dos 2%. Felizmente, para Portugal a “economia” não arranca e o País estagna: há vários meses que não se ouve o Ministro da Economia a dizer que acabou a crise! Porque será?

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados,

O Eurostat mantém em Setembro o desemprego em Portugal nos 8,3% quando na zona Euro baixou de 7,4% em Agosto para 7,3% em Setembro. Portugal subiu de 7,6% em Setembro de 2006 para 8,3% em Setembro de 2007. Resultado: Portugal tem a vergonhosa 5ª taxa de desemprego mais elevada da Europa.

E o pior de tudo isto é que o desemprego em Portugal é cada vez mais duradouro e estrutural, atingindo não só os jovens e o 1º emprego, mas também os que caem no desemprego, ficam sem o subsídio e sobretudo sem a esperança de um novo emprego.

Resultado: uma fuga cada vez mais evidente para o estrangeiro! É o perder da esperança!

Este é o resultado das políticas do Governo que mantém o crescimento económico anémico, “rastejante” e deprimente.

Esta situação foi criada sobretudo por este Primeiro-Ministro e este Governo:

· Prometeu o não agravamento fiscal e não cumpriu: a fiscalidade, incluindo as contribuições para a

Segurança Social já representam 37,2% do PIB, face sobretudo aos brutais aumentos de impostos indirectos e sobre o consumo;

· Prometeu também a criação de 150.000 novos empregos. É o que se vê! Onde estão eles? Como é isso possível face a este crescimento económico?

· Prometeu também a manutenção das SCUT's e o que se verifica é uma grande trapalhada para esconder os défices das Estradas de Portugal e sobretudo os efeitos inaceitáveis nas contas públicas e na criação de condições para um crescimento económico menos anémico.

E o Primeiro-Ministro sabia, como todos nós, em 2005, que não era possível manter o regime das SCUT's.

· Prometeu e anunciou um “choque tecnológico” que em muitos aspectos se revela uma “mão cheia de nada” e que não é quantificável em termos de crescimento económico;

· Prometeu acabar com o desemprego, que disse ter sido “criado” pelo Governo anterior: deveria envergonhar-se com a situação do desemprego em Portugal;

**Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados,**

Ao contrário do anunciado, o Orçamento do Estado para 2008 não contém medidas concretas que evitem e melhorem esta situação.

O Governo aposta na quantidade, no anúncio, no espectáculo, no alarido e na forma: a obra não aparece.

Só pensam “em grande”.



É o caso dos PIN e do PIIP. Mas de que servem os PIN se não há condições para os pequenos e médios investimentos a nível das PME? De que serviu o anúncio do PIIP, em 2005?

A economia real, as famílias e as empresas atingiram níveis inaceitáveis a vários níveis:

· As taxas de poupança são as mais baixas das últimas décadas;

· Os níveis de endividamento

(126% em 2006) levam as famílias e as empresas a precisar de ajuda ou a “rastejar” no seu dia a dia;

- Os créditos de cobrança duvidosa estão a subir;

- O Estado é mau pagador e inviabiliza que, pelo menos, se saiba quais são os seus credores;

- Os Portugueses estão a empobrecer e o seu nível de vida, medido pelo PIB per capita, será o 20º entre os 27 e claramente o último dos 15.

Tudo isto num cenário internacional de enorme incerteza, que inclui eventuais subidas das taxas de juro e do preço do petróleo.

O Orçamento não responde a estes desafios. A previsão do regresso em força do investimento privado (subida de 4% - o mais elevado desde 1999) fica, no mínimo, por explicar e é verdadeiramente temerário.

Perante um cenário de revisão em baixa da economia europeia ninguém acredita, e certamente também o Governo, que a nossa economia cresça 2,2% em 2008 e 3% em 2009.

O Governo não diz a verdade sobre a economia.

O Governo quer iludir a verdade sobre o desemprego.

A Oposição do PSD a este Orçamento tem também a ver com o facto de que é possível uma política de aceleração efectiva do investimento público e privado que promovam um crescimento saudável da nossa economia como condição para a redução do desemprego.

Para o futuro próximo espera-se que o Governo, em vez de hostilizar, conte com o PSD em termos de um arranque sustentado dos investimentos.

O Governo, com este Orçamento, não resolve os problemas de Portugal. Pelo contrário vai agravá-los e a alternativa é o PSD. – **Depº. Hugo Velosa**

## O encerramento do debate com a intervenção, pelo PSD, de depº Patinha Antão

O debate político sobre o Orçamento de Estado para 2008 nesta Câmara constituiu um momento chave, por duas razões simples.

A primeira resulta do facto deste Governo já ter executado três orçamentos, 2005, 2006 e 2007, pelos quais é inteiramente responsável.

Podem-se pois avaliar os resultados que obteve e afirmar se a política, orçamental, económica e social que traçou para esta legislatura é um êxito ou um fracasso.

E a segunda é que este Orçamento para 2008, por ser o último pelo qual ele será inteiramente responsável, constituía a derradeira oportunidade para o Governo emendar a mão, e não o fez.

Antes mesmo do debate político nesta Câmara, este Orçamento foi avaliado pela opinião pública e pela opinião publicada.

A grande maioria dos Portugueses não precisou de análises técnicas de especialistas, para captar o significado essencial deste Orçamento para 2008. Percebeu o que vinha aí.

Que vinham aí mais sacrifícios desnecessários e desperdiçados, e mais resultados prometidos e falhados.

Que vinham aí, mais carga fiscal, mais desemprego e mais cortes nos direitos sociais por um Governo que os prometeu respeitar.

Que vinha aí, mais despesa pública perdulária e inútil, que o “monstro” no Estado que o PRACE prometeu emagrecer, continuará a engordar.



Que vinha aí de novo a estafada promessa de mais 150 mil novos empregos, quando o que temos é exactamente 150 mil desempregados de longa duração a mais.

Que vinha aí mais cosmética estilo “nova geração de políticas sociais”, para camuflar os efeitos das políticas sociais da “velha geração”.

Dessas mesmas que continuam a diminuir o poder de compra de mais de um milhão e meio de reformados, criando a “nova geração” da pobreza, a pobreza envergonhada.

Tudo isto, a grande maioria dos Portugueses intuiu e concluiu, e não precisou de subtilidades técnicas para chumbar este Orçamento, sem apelo nem agravo.

Menos previsível era, todavia, a convergência de apreciações na opinião publicada que acabou por se verificar.

Desta vez, os habituais epígonos socialistas, após uns primeiros elogios pífios, calaram-se.

Desta vez, a propaganda - que levou o PSD a denunciar, no discurso sobre o último 25 de Abril nesta Câmara, a “democracia claustrofóbica” que este Governo insiste em criar - falhou mesmo, submergida por novas vezes competentes e imparciais.

Este Orçamento surgia, pois, no início deste debate, já chumbado pela opinião pública e em grande parte pela opinião publicada.

E que se viu, neste debate que acabamos de concluir?

Viu-se um Primeiro-Ministro, entrar de rompante, com o Napoleão em Austerlitz, e sair irritado, como

mais do que isso.

Confirmou que a esperança dos Portugueses num futuro melhor só poderá encontrar resposta na coragem de mudar do PSD.

## É Sócrates que estabelece e afirma a má qualidade do seu Governo

Há um ponto, porém, em que estamos inteiramente de acordo com o actual primeiro-ministro - com o seu critério para separar os bons dos maus governos.

Disse o Engº Sócrates, em 5 de Janeiro de 2003 na RTP (e passo a citar)

“Crescer mais ou menos do que a Europa é a bitola de sucesso ou insucesso. O crescimento económico, acima da média europeia, é uma questão essencial que sempre caracterizou, em todos os Governos, a boa ou a má governação económica”

Como já é claro para todos, a economia portuguesa acentuará em todos os anos desta legislatura a sua divergência real para a média europeia.

Não foi, certamente, por acaso, que o Senhor Presidente da República, a cujas palavras esta Câmara tem o dever reforçado de prestar atenção, que exortou recentemente o País, a não se resignar com a frágil e modesta recuperação económica em que vivemos.

Os 150 mil desempregados a mais que temos - o drama social maior desta má governação - não estão felizes com o falhanço do que o actual Primeiro-Ministro lhes prometeu.

O milhão e meio de reformados a quem este Governo corrói, ano após ano, o magro poder de compra das suas modestas pensões de reforma não estão felizes com as migalhas com que este Governo lhes acena.

Os 20 por cento de Portugueses que vivem no interior, não estão felizes com o recuo da fronteira económica com Espanha para 100 km adentro do nosso País.

Não estão felizes por ter que ir comprar a Espanha o que em Portugal é cada vez mais caro, para que a distância entre os seus rendimentos e o fim do mês não seja cada vez maior.

Não estão felizes por verem o seu comércio a morrer e este Governo a ajudar à festa, retirando-lhes tudo o que é presença pública, nas suas cidades e vilas, desde esquadras da PSP e postos da GNR, a equipamentos de saúde, desde escolas de ensino básico a balcões dos CTT.

Não estão felizes as classes médias, massacradas por uma carga fiscal absurda que não cessa de aumentar, nem as pequenas e médias empresas, abandonadas por um Governo preguiçoso e sobranceiro, mas que se desfaz em medidas e promessas de concessões públicas ruinosas para os contribuintes para tudo quanto é grande empresa neste País.

E não estão felizes os Portugueses com a rejeição deste Orçamento em uníssono pelos seus autarcas e





dirigentes dos governos regionais.

E quem esmiúça os detalhes técnicos deste Orçamento de Estado para 2008, não está apenas infeliz, está muito preocupado.

Muito preocupado, porque a consolidação orçamental em curso não só está a ocorrer a uma velocidade menor do que devia como está ameaçada pela incerteza de um agravamento da desaceleração do crescimento económico internacional mais forte do que se temia.

Teimou o Governo em manter neste debate o seu cenário macroeconómico para Portugal.

Apesar de estimar para 2008 um preço médio do petróleo de 74,9 \$ por barril quando todos os analistas já apontam para, pelo menos, 90\$.

E de nenhuma instituição internacional o acompanhar na previsão de que o PIB crescerá 2,2%.

Nem nenhum analista nacional, excepto, o Dr. Vítor Constâncio, embora com um intervalo de previsão mais alargado.

Se, porventura, a Comissão da União Europeia divulgar amanhã, nas suas previsões de Outono, como se espera, uma desaceleração significativa do crescimento do PIB da Zona Euro,

E se mantiver ou reduzir a sua previsão da Primavera para Portugal, de 2% para o crescimento do PIB nacional, com que credibilidade ficará este Orçamento, antes mesmo de começar a sua execução?

E se se comprovarem os montantes de desorçamentação e de criação de receitas extraordinárias que o PSD denunciou ao longo deste debate, bem como outros partidos da Oposição, com que credibilidade ficará este Governo junto dos Portugueses, a quem prometeu todo o rigor orçamental deste Mundo, para afinal, logo que as dificuldades ameaçaram a sério resolveu recorrer a um manancial de truques e habilidades contabilísticas como nunca se viu.

## O Partido Social-Democrata EXIGE a Vítor Constâncio a mesma análise que fez em 2005 ao Orçamento de Santana Lopes

Eis porque o Presidente do Grupo Parlamentar, em nome do PSD, exige ao Governo que solicite ao Dr. Vítor Constâncio, por uma questão de honra, e também para restaurar a imagem de imparcialidade que perdeu, que faça, em relação a este Orçamento de 2008, o mesmo exercício que fez em relação a 2005.

O exercício que fez em 2005, em que pediu aos directores dos serviços que revissem os seus orçamentos de despesa o que, naturalmente, todos aproveitaram para rever em alta.

O exercício que fez em 2005 em que calculou tudo o que pudesse ser tido como receita extraordinária.

Pois bem que se pronuncie, designadamente, sobre o novo regime de concessões que a Estradas de

Portugal vai receber do Estado, prolongando até 99 anos o prazo das actuais concessões, por ajuste directo, e sem qualquer controlo das gordas rendas anuais adicionais que assim se criam, e que constitui um autêntico saque ao bolso dos contribuintes mais indefesos deste Mundo, os nossos filhos, netos e bisnetos, que ainda nem nasceram e já têm que pagar os delírios de grandeza, para não lhe chamar outra coisa, do senhor Primeiro-Ministro.

Mas, pronuncie-se ou não o Dr. Vítor Constâncio, as mulheres e homens lúcidos, imparciais e que seguem mais de perto estas matérias, pronunciar-se-ão e o veredicto será unânime:

Um veredicto de repúdio por esta gigantesca operação de venda a pataco do interesse público, para engordar a ineficiência de monopólios e fazer regressar a prática de cartelizações que se julgavam banidas para sempre.

É tempo também de eliminar de vez a falácia e muleta que o Governo usa para fazer uma comparação fraudulenta, entre a sua política orçamental e económica e a dos Governos anteriores.

Como qualquer economista com treino profissional sabe, foi a desastrosa e furiosamente expansionista política orçamental do Engº Guterres entre 1996 e 2001 que causou a necessidade de emprendermos uma dolorosa consolidação orçamental que de outro modo nunca seria necessária.

Para os senhores deputados socialistas que apoiam sem pensar o seu Governo recomendando, a leitura do relatório da Comissão da União Europeia, em que esta aconselha os seus novos dez estados membros, a evitem em absoluto os erros da política orçamental portuguesa de 1996 a 2001.

E, para que os méritos e deméritos das consolidações orçamentais empreendidas, quer pelos governos Durão Barroso/Santana Lopes, quer pelo governo José Sócrates, sejam estabelecidos de uma vez por todas, recomenda-se que se faça uma análise imparcial e objectiva, entre os resultados orçamentais de 2002 a 2004 e de 2005 a 2007, numa base rigorosamente comparável.

E descobrir-se-á a doença infantil da mistificação em que este Governo insiste mas que já não convence ninguém, fora do círculo da sua "corte".

E muito menos os Portugueses, que sabem bem que nos últimos doze anos, tiveram nove anos de governos socialistas e três de governos social-democratas.

E é por isso, também, que os Portugueses se revêem nas sete razões de fundo do voto contra do PSD a este Orçamento.

O mais importante que sai destes três dias de debate são duas certezas.

A primeira é a crescente desilusão e frustração do País perante o Governo e a maioria socialista.

A segunda é que os portugueses

encontram, cada vez mais, no PSD a esperança que alimentará os seus objectivos e ambições para o futuro.

Esta é a nossa responsabilidade.

Este é o nosso desígnio.

Nós contamos com os Portugueses.

Os Portugueses sabem que podem contar connosco. – Depº Patinha Antão

## Ribau Esteves confirma que a Direcção está a trabalhar na reforma organizativa, administrativa, financeira e patrimonial do partido Lisboa, Portugal



O secretário-geral do PSD, Ribau Esteves, confirmou à Lusa que a direcção está a trabalhar na reforma organizativa, administrativa, financeira e patrimonial do partido, mas assegurou que "nenhuma decisão está tomada".

"Estamos a trabalhar na reforma de quatro áreas: ao nível organizativo, administrativo, financeiro e patrimonial. Mas, nenhuma decisão está tomada, não há nenhuma decisão", afirmou Ribau Esteves, em declarações à Lusa.

A edição de hoje do semanário Expresso noticia que o líder do PSD, Luís Filipe Menezes, vai levar ao Conselho Nacional, órgão máximo dos social-democratas entre congressos, "um pacote de propostas para modernizar o partido", que poderá incluir a venda da sede nacional, no bairro da Lapa, em Lisboa.

Ainda segundo o Expresso, e no âmbito da modernização do partido, a direcção admite também contratar novos funcionários, alterar o regulamento financeiro e mudar a estratégia de comunicação.

Questionado pela Lusa sobre esta reforma, o secretário-geral social-democrata admitiu que a direcção do partido está, neste momento, a trabalhar muitas ideias, a reflectir sobre a situação do PSD.

"Estamos a analisar cenários, hipóteses", sublinhou Ribau Esteves, adiantando, que, por exemplo, a avaliação do património do partido que está em curso, só estará concluída no final da próxima semana.

Por isso, acrescentou, por agora "não há nenhuma decisão".

Instado a esclarecer se entre os cenários que estão a ser trabalhados está a venda da sede nacional, na Lapa, o secretário-geral disse apenas que "nesta fase" a direcção "não exclui nenhuma hipótese".

"O nosso sistema de trabalho tem duas regras básicas. Por um lado analisar bem, depois há a parte da 'chuva de ideias', do 'brainstorming', durante a qual todas as hipóteses são plausíveis", acrescentou.

Ribau Esteves adiantou ainda que a direcção está também a analisar outra área política "igualmente importante", que é a estratégia de comunicação.

Neste campo, continuou, a direcção está a negociar com a empresa de António Cunha Vaz, responsável pela campanha de Luís Filipe Menezes nas eleições directas, mas também com outras empresas.

"Queremos fazer melhor", sublinhou Ribau Esteves.

O Secretário-Geral disse ainda que a direcção do partido irá trabalhar com "toda a normalidade" com os novos dirigentes das distritais de Lisboa, Santarém e dos Açores.

"Vamos trabalhar uns com os outros com toda a normalidade, vamos trabalhar

com todos na normalidade total”, disse, numa reacção às eleições nas distritais de Lisboa, Santarém e no PSD/Açores.

“A direcção não apoia ninguém em eleições para distritais, concelhias ou secções e aqueles que foram apoiantes de Luís Filipe Menezes estão investidos da sua liberdade para fazerem o que quiserem”, afirmou.

Ribau Esteves assinalou ainda que qualquer uma das listas que concorreram às distritais de Lisboa e Santarém e para o PSD/Açores “incluíam quer apoiantes de Luís Filipe Menezes, quer pessoas que apoiaram Marques Mendes nas directas”.

“Mas, nós não nos imiscuímos nas eleições para as estruturas do partido”, reforçou.

Questionado sobre se a direcção perspectiva alguma dificuldade de relacionamento com os dirigentes agora eleitos nas distritais de Lisboa e Santarém e no PSD/Açores, Ribau Esteves rejeitou tal ideia.

“De maneira nenhuma, vamos trabalhar com todos, na normalidade total”, assegurou.

## Marco António Costa, apresentou a sua candidatura à liderança do PSD/Porto

O vice-presidente da câmara municipal de Gaia, Marco António Costa, apresentou a sua candidatura à liderança do PSD/Porto, cargo que já ocupou entre 2002 e 2006.

O actual líder da comissão política distrital do PSD/Porto, Agostinho Branquinho, anunciou na semana passada que não se recandidatará ao cargo, abrindo assim o período eleitoral à liderança da comissão política distrital.

Actual número dois de Menezes na Câmara de Gaia e um dos seus principais conselheiros no PSD, Marco António Costa desempenhou também as funções de secretário de Estado da Segurança Social no Governo de Santana Lopes.

Marco António Costa, que foi director nacional de campanha de Luís Filipe Menezes nas últimas eleições do PSD, já adiantou que pretende acumular a vice-presidência da Câmara de Gaia com a liderança do PSD/Porto.



## PSD quer reforço de verbas para o combate à criminalidade

O vice-presidente do PSD, Rui Gomes da Silva, propôs o reforço das verbas destinadas à segurança interna para a reposição dos efectivos policiais e dos meios, sem que seja aumentada a despesa pública.

«O Sr. primeiro-ministro ainda vai a tempo de, sem aumentar a despesa pública, transferir as verbas necessárias para a reposição de efectivos e o reequipamento das forças de segurança. Só existe autoridade do Estado quando há segurança», defendeu Rui Gomes da Silva.

Em conferência de imprensa na sede do PSD, sexta-feira, Gomes da Silva lembrou o aumento da criminalidade violenta (assaltos a ouřivesarias e agências bancárias, em particular).

«O Orçamento do Estado não é pródigo em verbas que possam ser retiradas de um lado para serem postas no outro [...], mas há verbas previstas para consultadoria no Orçamento de Estado que tiveram um aumento de 64 por cento para 190 milhões de euros», assinalou Gomes da Silva, que anunciou que o PSD vai renovar o pedido para que o ministro da Administração Interna possa dar explicações no Parlamento, sobre o estado de insegurança do país. – Fonte: Lusa

### Artigo de Opinião

## Mais um Orçamento do Estado...

Ricardo Rio (\*)

O Partido Socialista voltou a aprovar isolado na Assembleia da República a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2008, na sua votação na generalidade.

De ano para ano, este tipo de debates tem vindo a perder consistência e interesse e a esgotar-se cada vez mais no conjunto de 2/3 de argumentos mediatizáveis, que cada força política (especialmente o Governo) tenta colocar no topo da informação publicada do dia seguinte e das reportagens de meio dos noticiários.

Pela sua natureza e pela forma como estes debates estão organizados em sede Parlamentar não há aqui a mesma possibilidade que existe por exemplo ao nível das Autarquias Locais de cada uma das forças partidárias da Oposição apresentar contributos consistentes de intervenção para os diferentes domínios da Governação, tendendo as diversas intervenções a orientar-se para matérias de pormenor, mais propícias ao debate do OE na especialidade.

Assim sendo, normalmente é mais fácil perceber as verdadeiras políticas alternativas de tais forças políticas através, por exemplo, de artigos de opinião dos seus dirigentes e militantes mais destacados (no caso do PSD, enquanto principal alternativa de poder, atente-se aos textos recentes de Manuela Ferreira Leite, Patinha Antão ou Miguel Frasquilho), do que através das questões que são directamente colocadas ao Primeiro-Ministro em sede de debate na Assembleia da República.

Nestas circunstâncias, por acréscimo, mais do que discutir-se o documento em concreto, Poder e Oposição tendem a esgrimir argumentos estatísticos sobre o real estado da economia no presente e passado (mais ou menos recente), daí procurando extrapolar conclusões sobre as suas prováveis evoluções futuras.

Quem quer que tenha acompanhado minimamente os diferentes meios de comunicação social ao longo dos últimos dias, saberá assim que o défice das contas públicas estará finalmente a descer abaixo do mítico objectivo dos 3%, que a economia portuguesa continuará a divergir da média europeia e que as taxas de desemprego continuarão a desmentir os propalados 150.000 novos empregos que a actual maioria prometera como cartão de visita pré-eleitoral.

Na base destes e outros dados económicos relevantes, verifica-se que a carga fiscal incidente sobre os cidadãos e as empresas continua a aumentar (apesar de mais uma redução da taxa de IRC aplicável às empresas sedeadas no interior) e que este apetite fiscal do Governo tem quase tanto de voraz quanto de indiscriminado, à medida que também classes até aqui protegidas começam a ser visadas pelo aumento da tributação, como é o caso dos pensionistas e dos cidadãos com necessidades especiais.

Pela positiva, registre-se o argumento técnico, mas incontestável, de que este voltou a ser um bom ano orçamental, na medida em que mais uma vez se dispôs o recurso aos habituais Orçamentos Rectificativos que tanto marcou a nossa história financeira recente.

No que diz respeito aos valores do défice, creio também que o País teria a ganhar em que se clarificasse de uma vez por todas se os valores considerados nos cálculos de 2005 são os mesmos que estão na base das cifras actuais, nem que para isso fosse efectivamente necessário o recurso a nova “Comissão Constância”. Afinal, nada de pior poderia acontecer à credibilidade e tolerância para com as políticas de disciplina orçamental do que admitir-se que num qualquer momento posterior, eventualmente associado a nova mudança de Governo, se pudesse vir a revelar que os pesados sacrifícios que muitos estão a suportar haviam sido novamente infrutíferos.

No âmbito deste debate em particular ou, mais precisamente, dos dias que o antecederam, fica o pertinente repto lançado pelo líder do PSD ao Primeiro-Ministro no sentido de que este clarificasse as condições, o momento, o âmbito e amplitude da possível redução de impostos em próximos períodos orçamentais.

Mais do que avaliar a razoabilidade do caminho que venha a ser encetado pelo Governo nesta matéria, é absolutamente pertinente que o Governo clarifique a orientação e sentido estratégico das suas políticas, sob pena de deixar também aí a dúvida que as opções são assumidas por factores de natureza extra-orçamental, como seja o ciclo eleitoral que se avizinha. A resposta, pela voz do Ministro das Finanças, foi tudo menos esclarecedora.

No mais, fica a ideia clara de que o esforço de consolidação das contas públicas volta a fazer-se pelo lado das receitas, sem que haja um particular esforço de contenção da despesa (por mais que o PRACE esteja “em linha com o previsto”) e que os investimentos públicos voltam a sofrer um forte travão, apesar da abertura de novo período de programação dos fundos comunitários.

A este último nível, persiste essa aberração política e contabilística que é o PIDDAC - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, seja pelas constantes mentiras que encerra, seja pelo desinteresse que demonstra para com o desenvolvimento equilibrado do território.

E o Minho bem pode voltar a fingir que “no pasa nada...” – (\*) *Economista, Vereador pelo PSD na Câmara de Braga, Presidente da CPS/Draga-PSD*

Notícias de Braga

## PSD Braga tenta evitar o encerramento do posto da GNR de Ruílhe

O PSD/Braga pediu ao Comandante do Grupo Territorial da Guarda Nacional Republicana uma reunião a fim de “se tentar evitar o fecho do posto de Ruílhe, que serve oito mil pessoas”, anunciou hoje o vereador Ricardo Rio.

O autarca adiantou, em comunicado, que “Ruílhe é uma zona sensível do ponto de vista social, com problemas associados ao funcionamento das escolas, do Centro Social Padre David e do Externato Infante D. Henrique, e em que a GNR tem assumido um papel estabilizador”.

Na reunião com o Tenente-Coronel Manuel Barros Gonçalves, Ricardo Rio vai manifestar-se “contrário à desactivação de um Posto da GNR com duas décadas e que cobre uma população de mais de oito mil habitantes, de diversas freguesias dos concelhos de Braga, Barcelos e Famalicão”.

O líder da oposição esteve reunido segunda-feira com representantes de Ruílhe, na companhia da vereadora Filomena Bordalo, dos deputados municipais Afonso Henrique Cardoso e Hugo Soares e do membro da Assembleia de Freguesia de Ruílhe, Filipe Pinto, para debater o possível encerramento do Posto.

No encontro estiveram presentes o Presidente da Junta de Freguesia de Ruílhe, António Araújo, o director do Centro Social Padre David, Cónego Narciso Fernandes, do Externato Infante D. Henrique, José Ferreira, e o Presidente da Associação de Pais, Francisco Pinto.

Segundo Ricardo Rio, os representantes de diversas instituições de Ruílhe entendem que este é o momento para desencadear um conjunto de iniciativas contra o fecho da estrutura policial, que consideram “garante da segurança de pessoas e bens e do normal funcionamento destas instituições”.

“Quando seria expectável o reforço de meios humanos, dado que as instalações foram cedidas graciosamente pelo Centro Social Padre David desde a criação do Posto, há mais de 20 anos, o Governo parece ir em sentido contrário aos anseios das populações e às necessidades dos territórios”, lamentou.

Adiantou que o PSD vai contactar os representantes das demais forças políticas com vista ao agendamento de uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Segurança.



Em simultâneo, seguirão exposições para o Ministério da Administração Interna, Governo Civil e Câmara Municipal de Braga,

na qual se pretendem envolver os autarcas de todas as freguesias actualmente abrangidas pelos serviços do Posto da GNR de Ruílhe.

O Governo Civil de Braga, até ao momento, declinou fazer qualquer comentário sobre o caso. – **PSD-Braga**

### Notícias da Madeira

## Jaime Ramos critica fortemente a actuação dos deputados socialistas na AR bem como o presidente regional dos Açores



O líder parlamentar do PSD-M no Parlamento madeirense classificou hoje de “fantochada” a actuação dos três deputados socialistas na Assembleia da República e a postura do presidente regional do PS na votação do Orçamento Estado.

A direcção do PS-M tinha afirmado que os seus três deputados na Assembleia da República iriam votar contra o OE se não houvesse mais investimentos para a Região, sobretudo na área da Justiça e da Administração Interna, mas os parlamentares acabaram por votar favoravelmente o documento.

“O PS-M é constituído por fantoches autênticos, é para rir, é um episódio permanente de riso e de gozo das populações. Disse que ia pressionar o seu grupo parlamentar para votar contra, depois defendeu a abstenção e os votos acabaram por ser a favor”, comentou à Agência Lusa Jaime Ramos.

O dirigente social-democrata criticou a “falta de dignidade, de personalidade desta gente”, acrescentando “não querer comentar a desgraça dos outros”.

Jaime Ramos lamentou que o Governo da República mantenha uma política de “estrangulamento financeiro da Região”.

“Mas a Madeira vai viver, vai cumprir o seu programa até 2011 e o Orçamento Regional vai contemplar uma baixa de impostos no IRS e no IRC para incentivar o crescimento económico e possibilitar a criação de mais emprego”, acrescentou. - **GPARM**



Notícias de Lisboa

## PSD fará depender a aprovação do orçamento para 2008 da forma como forem “tratadas as juntas de freguesia”

O PSD condenou hoje o facto do executivo da câmara municipal de Lisboa dar a mesma importância às freguesias e colectividades no processo de discussão do orçamento para 2008.

“O PSD condena fortemente que o executivo camarário convoque, para um momento importante que é o orçamento, as juntas de freguesia em simultâneo com as colectividades”, afirmou à Lusa o líder da bancada social-democrata na Assembleia Municipal de Lisboa (AML).

A Câmara programou uma série de reuniões, que começam hoje, com associações, juntas de freguesia e colectividades para discutir o orçamento para 2008, que será o primeiro orçamento participativo da autarquia lisboeta.

A primeira reunião realizou-se hoje na Biblioteca Orlando Ribeiro, em Telheiras, particularmente vocacionada para recolher as impressões de associações de moradores, associações de pais e conselhos pedagógicos.

Na segunda-feira, no Fórum Lisboa (antigo Cinema Roma), foi a vez de associações da sociedade civil e na quarta-feira os presidentes de juntas de freguesia e representantes de colectividades a pronunciaram-se sobre o orçamento.

O líder da bancada do PSD na AML defende que a Câmara deveria ter convocado uma reunião para ouvir exclusivamente as juntas de freguesia, a maioria das quais presididas por sociais-democratas.

Para Saldanha Serra, juntas de freguesia e colectividades “são duas entidades completamente distintas na legitimidade e na forma como se posicionam em termos institucionais

perante a Câmara”.

“As juntas de freguesia são eleitas e têm uma legitimidade política tão forte quanto a Câmara, estando melhor colocadas para verbalizarem os impactos no terreno das opções dos orçamentos”, argumentou.

“Repudiamos mais esta menorização que a Câmara faz às juntas de freguesia”, acrescentou o deputado municipal social-democrata.

O orçamento da Câmara deverá ser discutido em reunião do executivo no início de Dezembro, de acordo com a informação veiculada quinta-feira à Lusa por fonte do gabinete do presidente, António Costa (PS).

A Assembleia Municipal de Lisboa (de maioria absoluta PSD) vai fazer depender a aprovação do orçamento para 2008 da forma como forem “tratadas as juntas de freguesia”

O líder da bancada do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, Saldanha Serra, avisou que vai fazer depender a aprovação do orçamento para 2008 da forma como “tratar as juntas de freguesia”.

O orçamento deve “garantir que os projectos das juntas de freguesia possam continuar a ser concretizados e que os protocolos de delegação de competências defendam os interesses das freguesias e dos seus moradores”, afirmou Saldanha Serra, salientando que o PSD irá fazer depender o seu sentido de voto na globalidade, “da forma como esse orçamento tratar as juntas de freguesia”.

Trinta e três das 53 freguesias lisboetas são presididas pelo PSD – **P.Livre**



Notícias de Cascais

## Cascais distingue Teresa Lacerda como o “Prémio do Mar – Rei D. Carlos”



No Dia Nacional do Mar, que se assinala no dia 16 Novembro, a Câmara Municipal de Cascais entrega o Prémio do Mar a Teresa Paula Argente Lacerda, que venceu a edição de 2007 deste galardão com o trabalho “Os Capitães das Armadas da Índia no Reinado de D. Manuel I – Uma Análise Social”.

A cerimónia de entrega do Prémio terá lugar no Museu do Mar – Rei D. Carlos, pelas 18H00.

Com este prémio instituído em 1995, a Câmara pretende homenagear o monarca e o estudioso do mar que foi o Rei D. Carlos, considerado um pioneiro da ciência oceanográfica para sempre ligado à história da Vila de Cascais.

De periodicidade anual, esta distinção contempla, alternadamente, trabalhos de investigação nos domínios da História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa e da Biologia Marinha e Oceanografia Biológica.

A Câmara Municipal de Cascais responsabiliza-se pela edição do trabalho vencedor. O valor do prémio é de 2500 euros.

Teresa Lacerda é mestre em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa (sécs. XV-XVIII), pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É, desde 2001, investigadora do Centro de História de Além-Mar.

Em 2007, publicou, em co-autoria com João Paulo Oliveira e Costa, um estudo sobre A Interculturalidade e a Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII). No mesmo ano foi responsável pela actualização e estudo introdutório da Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira, de autor anónimo.

Recentemente, iniciou a preparação da dissertação de doutoramento sobre o tema “As Identidades Mestiças no Império Português do Século XVII”. - **CMCascais**



# “Entrar mudo e sair calado”: a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Ovar foi “sui generis” !!

Os membros do executivo socialista que convocaram a reunião, requerida pelos Vereadores do PSD, entraram “mudos e saíram calados”...

O único ponto da agenda de trabalhos era a ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS E IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES PARA O ENCERRAMENTO PARCIAL DO MERCADO MUNICIPAL DE OVAR, PELA ASAE.

Confrontadas com algumas questões iniciais, o presidente e os seu pares socialistas remeteram-se a “um silêncio ensurdecedor”!!!

Nada mais restou aos Vereadores do PSD senão apresentarem um declaração que continha as condições consideradas imprescindíveis para uma boa e rápida resolução deste problema e que tem o seguinte texto:

## DECLARAÇÃO

Na sequência do pedido de agendamento desta reunião de Câmara extraordinária, para ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS E IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES PARA O ENCERRAMENTO PARCIAL DO MERCADO MUNICIPAL DE OVAR, PELA ASAE (Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica), e uma vez que nesta reunião o executivo socialista não



acrescentou nada mais àquilo que consta dos editais, os Vereadores do PSD apresentam as seguintes considerações:

1. Consideramos que a intervenção da ASAE no encerramento parcial do Mercado Municipal de Ovar por falta de condições e de higiene, no passado dia 27 de Outubro, só resulta da inércia e da passividade do executivo socialista da

Câmara Municipal de Ovar, uma vez que os Vereadores do PSD já tinham apresentado uma recomendação para a necessidade de uma urgente e profunda intervenção de beneficiação e recuperação deste equipamento, no passado dia 15 de Março.

2. A aprovação de dois projectos de execução de muros junto ao Mercado Municipal (um de execução de muro de suporte e de vedação a norte e nascente e outro de execução de muros e alargamento da margem da Ribeira da Sra. da Graça), na reunião de Câmara do passado dia 18 de Outubro, em nada contribuiu para minimizar os diversos factores que levaram a ASAE a estabelecer a “suspensão imediata do exercício de todas as actividades de comercialização de géneros alimentícios no Mercado Municipal de Ovar, com excepção dos Talhos e

Charcutarias”.

3. Consideramos que a conferência de imprensa convocada para dia 6 de Novembro, pelo executivo socialista da Câmara Municipal de Ovar, para apresentar o projecto de beneficiação do Mercado Municipal, foi uma tentativa de esvaziamento desta reunião extraordinária. Aliás, foi um gesto que vai contra os mais elementares princípios e regras democráticas, e só demonstra quem é que está de boa fé na prossecução dos interesses dos munícipes e quem não está. Pelo menos de uma coisa podemos-nos congratular: a convocação desta reunião extraordinária já valeu a pena.

4. Consideramos de muito mau tom, a tentativa de responsabilização de gestões autárquicas anteriores, nomeadamente do PSD há mais de 17 anos atrás, pela actual situação de degradação e de abandono do Mercado Municipal de Ovar.

Este executivo já está em funções há dois anos, portanto, já teve tempo de realizar os projectos e executar as obras de beneficiação deste importante equipamento municipal.

Assim sendo, e porque queremos





continuar a desenvolver um papel activo e responsável na defesa do interesse público e das legítimas aspirações da população, consideramos condições imprescindíveis para uma boa e rápida resolução deste problema, o estabelecimento das seguintes condições:

a) Apresentação imediata de um plano de acção, devidamente calendarizado, para a execução das obras definitivas de recuperação e beneficiação do Mercado Municipal de Ovar;

b) Apresentação das medidas compensatórias aos comerciantes afectados por toda esta situação a que eles são alheios. - **Os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Ovar**

E como nada mais foi dito (nem desdido), o presidente encerrou a reunião 15 minutos depois de a ter iniciado.

**ASSIM VAI A DEMOCRACIA EM OVAR!!!**

Água para consumo humano em Ovar, continua com qualidade entre as piores a nível nacional

Depois de no ano passado, o Concelho de Ovar ter sido notícia pelas piores razões, este ano o cenário repete-se...

Segundo o Relatório Anual da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2006, elaborado pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR), Ovar continua a apresentar um dos piores níveis de qualidade da água a nível nacional.

De acordo com o citado relatório, o Concelho de Ovar apresenta uma percentagem de análises em incumprimento ao valor paramétrico de 3,73%.

Só para termos uma noção mais exacta, Ovar é o segundo pior dos concelhos que abastecem mais de 50.000 habitantes.

Mais, Ovar é o pior concelho do Distrito de Aveiro em termos de qualidade de água para consumo humano.

No ano passado, o cenário era preocupante!

Este ano continua tudo na mesma!!!

Enquanto isso, os consumidores são os principais prejudicados com a inércia e a incapacidade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ovar para alterar a situação.

Assim, e para além de alertamos novamente para este problema, os Vereadores do PSD recomendam à Câmara Municipal de Ovar para passar a incluir os resultados das análises periódicas realizadas à água na factura dos consumidores.

Em abono da transparência e do bom serviço público, estamos em crer que, desta forma, todos ficaram a conhecer melhor a qualidade da água que consomem e poderem avaliar de uma forma permanente a qualidade do serviço prestado pela autarquia no que diz respeito à Qualidade da Água para Consumo Humano. - **PSD/Ovar**

## Presidente da Câmara renuncia ao cargo de Vogal da SIMRIA

Na sequência do pedido de renúncia do Presidente da Câmara Municipal de Ovar ao cargo de vogal do Conselho de Administração da SIMRIA – Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, SA, os Vereadores do PSD consideram que este gesto em nada beneficia o Município de Ovar. Pelo contrário, se até agora Ovar tinha um representante seu num órgão de decisão tão importante como é a SIMRIA, nomeadamente, em matéria de investimento em sistema de Saneamento Básico e de recuperação da Barrinha de Esmoriz, agora deixa de estar representado naquele órgão.

Não compreendemos esta atitude a meio do mandato, sem que nenhuma razão aparente e suficientemente forte poderia justificar a saída deste centro de decisão.

Para mais, quando passaram dois anos de exercício de mandato sem que Ovar tenha beneficiado em nada na presença e participação do Presidente da CM Ovar naquele órgão. Contudo, agora numa fase que se vão estar disponíveis importantes montantes financeiros proveniente do QREN 2007-2013 que vão estar ao dispor das autarquias para investimento em sistema de abastecimento de água e saneamento.

Para os Vereadores do PSD, esta é uma decisão paradoxal de alguém que já desistiu de lutar pelos interesses da sua terra e dos seus municípios.

É uma decisão absolutamente incompreensível e só vai prejudicar o nosso concelho.

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Ovar renuncia ao seu mandato no Conselho de Administração da SIMRIA sem honra, nem glória. - **Os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Ovar, Álvaro Santos, Costa e Silva, e Acácio Coelho.**

## PSD pede ao executivo municipal, mais rapidez e menos burocracia

Ao tomar conhecimento pela comunicação social de um pedido de averbamento de dois jazigos e uma sepultura localizados no Cemitério de Ovar há mais de cinco anos (!?) e ainda sem fim à vista, os Vereadores do PSD recomendam à Câmara Municipal de Ovar a tomada urgente das diligências necessárias para resolver este problema aparentemente simples, mas que pelo tempo que já leva se está a tornar numa verdadeira epopeia burocrática.

Situações destas não dignificam em nada o nosso município e, muito menos, a Câmara Municipal de Ovar.

Portanto, senhor presidente e senhores vereadores em regime de permanência, MÃOS-À-OBRA.

- **(Recomendação dos vereadores PSD ao executivo autárquico)**

## A CULTURA em OVAR!?!



**Será preciso fazer algum comentário a esta imagem que ilustra a colocação (provisória) de uma barraca no “nariz” de uma obra de arte dedicada ao, ali no Jardim do Cáster!?!**

**Assim vai a Cultura em Ovar!!!**

## Marco António acusou o PS/Porto de “não ter autonomia de pensamento”

O candidato à presidência da distrital do PSD/Porto, Marco António Costa, acusou hoje o PS/Porto de “não ter autonomia de pensamento” por aplaudir todas as medidas do Governo, mesmo as que são prejudiciais à região.

“Assistimos a uma complacência, ou mesmo a uma cumplicidade activa, do PS do distrito do Porto que, efusivamente, aplaude toda e qualquer medida do Governo ainda que prejudicial à região, assente numa postura acrítica e numa fidelidade cega e sem autonomia de pensamento”, afirmou Marco António Costa, na cerimónia de apresentação daquela que é a primeira candidatura conhecida à liderança do PSD/Porto.

Segundo Marco António, nos últimos dois anos têm sido dados “sinais preocupantes e reveladores de uma atitude centralista” do governo socialista, que “culmina agora com a associação de um conjunto de factos altamente preocupantes, como a ausência de uma efectiva atenção às questões de segurança”.

Relativamente a este tema, o vice-presidente da Câmara de Gaia criticou o PS/Porto por “assistir e comungar, em silêncio, de uma ausência de estratégia por parte dos poderes políticos” para fazer frente à “criminalidade violenta e à delinquência sofisticada” que se tem instalado no Grande Porto.

Afirmando que os deputados eleitos pelo círculo do Porto apresentaram 12 requerimentos sobre questões de segurança, Marco António Costa desafiou os deputados socialistas, eleitos pelo distrito, a “pronunciarem-se acerca desta realidade, abandonando a postura de mutismo e de subserviência do Governo, quando estão em causa os interesses do Norte e do distrito”.

A governadora civil do Porto não escapou às críticas, tendo o candidato afirmado que Isabel Oneto “só ao fim de muitos e graves incidentes, com mortes violentas à mistura e agentes de segurança gravemente feridos, é que decidiu reunir o Conselho Distrital de Segurança, pressionada pela opinião pública e pela comunicação social”.

Apenas o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), Carlos Lage, parece ser “excepção” para Marco António Costa, que pretende agora regressar ao cargo que liderou entre 2002 e 2006.

“[Carlos Lage] ...Indicia não se querer conformar com a atitude de esquecimento, ou mesmo de ‘dieta anoréctica’, como o próprio afirmou,



a que o Norte tem sido votado pelo centralismo socialista”, disse.

O candidato prometeu “um combate sem tréguas ao actual governo socialista, o governo mais centralista de que há memória na democracia portuguesa, apontando como exemplo disso a proposta do programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 2008 para a região.

“O PIDDAC é revelador da ausência de compromissos com a

região, sobretudo ao nível de investimentos públicos reprodutivos e criadores de riqueza e emprego”, disse Marco António.

Sustentou ainda que, “nunca como agora foram tantos os cortes cegos praticados por um governo que chega ao desprante de não atribuir qualquer verba no PIDDAC para dois dos 18 concelhos do distrito do Porto”, designadamente Marco de Canaveses e Trofa.

Marco António Costa defendeu um novo modelo de governação em Portugal, “mais próximo dos cidadãos

e capaz de resolver os seus problemas” e propôs que “ao processo de descentralização e desconcentração de competências da Administração Central para as autarquias se deve associar a criação de um novo patamar de decisão política”.

O candidato prometeu chamar, a uma plataforma de entendimento, pessoas pró e contra a regionalização e afirmou aceitar a colaboração do PS, “desde que se mostre disponível para defender os interesses da região”.

A nível interno, Marco António Costa prometeu dar mais atenção às mulheres social-democratas, revelando que pretende criar a “Academia Sá Carneiro”, que visa “incrementar a participação activa dos quadros dirigentes, sobretudo das mulheres”, que será constituída por Cândida Oliveira, Guilhermina Pinto e Gabriela Queirós.

O candidato prometeu ainda criar uma comissão de acompanhamento distrital dos investimentos públicos ou privados, a realizar no âmbito do QREN, porque o PSD/Porto, frisou, “tem razões para desconfiar deste governo”.

Marco António Costa propõe-se ainda a aumentar o número de militantes no distrito.

As eleições estão marcadas para o dia 1 de Dezembro próximo. – CPD-Porto

### Notícias de Setúbal

## Luís Rodrigues acusa governo socialista de prejudicar o Distrito em mais de 250 milhões de euros



O deputado social-democrata e candidato à liderança distrital do PSD, Luís Rodrigues, acusou o governo socialista de prejudicar o distrito em cerca de 250 milhões de euros nos orçamentos de estado entre 2005 e 2008.

“Após a execução de três orçamentos de Estado de 2005, 2006 e 2007 e com a aprovação do referente a 2008, constata-se que o distrito de Setúbal foi prejudicado em cerca de 250 milhões de euros”, disse Luís Rodrigues, acusando os socialistas de terem uma “atitude escandalosa” em relação ao distrito de Setúbal.

“Se o nível de investimento se

mantivesse nos valores de 2005, o valor acumulado do investimento seria de 880 milhões de euros, mas ficou-se pelos 638 milhões, decrescendo cerca de 57 por cento”, acrescentou o deputado social-democrata.

Falando aos jornalistas em conferência de imprensa no Gabinete do Deputado, no Governo Civil de Setúbal, sobre o Orçamento de Estado para 2008, Luís Rodrigues salientou que “a par da redução no investimento público tem havido um crescimento exponencial dos impostos pagos pela população do distrito de Setúbal”.

Entre outros aspectos do orçamento de Estado para 2008, Luís Rodrigues criticou a falta de verbas no PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) para a construção de novos centros de saúde em Sines, Corroios e Vale



Milhaços, e para o futuro hospital do Seixal.

Na conferência de imprensa, Luís Rodrigues referiu-se também ao novo aeroporto internacional de Lisboa para defender a necessidade de uma “análise rigorosa da relação custo/benefício” das diferentes opções, mostrando-se convicto de que o Poceirão é a melhor solução para a construção da nova infraestrutura aeroportuária.

“A construção do novo aeroporto no Poceirão é a solução mais barata, mais flexível, e, provavelmente, não será necessária a desativação da Base Aérea do Montijo e do Campo de Alcochete”, disse, lembrando que a escolha do novo deve ser feita em função do interesse nacional e não de interesses regionais.

Luís Rodrigues defendeu que se deve “manter o actual aeroporto da Portela em funções enquanto for necessário e enquanto for possível”.

- Lusa

## Notícias dos Açores

# Costa Neves reeleito líder do PSD/Açores



Carlos Costa Neves foi sexta-feira passada, reeleito líder do PSD/Açores com 67,2 por cento dos votos, nas primeiras “directas” realizadas no partido no Arquipélago, anunciou hoje fonte partidária.

Segundo o presidente do Conselho de Jurisdição Regional do PSD/Açores, Carlos Costa Neves obteve um total de 1.883 votos dos militantes que foram às urnas.

Américo Natalino Viveiros, antigo secretário regional dos governos sociais-democratas, obteve 882 votos, o que corresponde a 31,5 por cento, adiantou Pedro Nascimento Cabral.

As eleições directas do PSD/Açores serviram, ainda, para o partido eleger os delegados ao Congresso Regional, que vai decorrer na Ilha de São Miguel, entre 30 de Novembro e 02 de Dezembro.

Américo Natalino Viveiros assumiu a derrota na eleição para a liderança do PSD/Açores, manifestando, porém, disponibilidade para continuar a trabalhar em prol dos Açores.

“Estarei sempre disponível para participar naquilo que me for pedido”, afirmou Américo Natalino Viveiro aos jornalistas na sede de campanha em Ponta Delgada, perante cerca de vinte apoiantes.

O antigo secretário dos governos regionais social democratas adiantou já ter felicitado o novo líder do PSD/Açores, esperando agora que Carlos Costa Neves leve “o partido a bom

porto”.

Frisando que a sua candidatura trouxe “ânimo, ideias ao partido e apontou caminhos” nas primeiras eleições directas do partido nas ilhas, Natalino Viveiros salientou, porém, que “os militantes escolheram, está escolhido”.

“Caberá agora aos militantes do PSD ver no futuro se a opção que fizeram foi a mais correcta”, disse Natalino Viveiros, que aguardou os resultados finais da eleição rodeado de amigos numa sala da sede de campanha antes de fazer a declaração final.

Apesar das palavras de conforto e abraços dos militantes presentes na sede, Natalino Viveiros manifestou o sentimento de dever cumprido, alegando que “há mais vida para além da política partidária”.

### Câmara da Praia não “anda” com a Estrada 25 de Abril

O PSD da Praia da Vitória acusou hoje a Câmara Municipal presidida por Roberto Monteiro de “desconsideração pela Assembleia Municipal”, tendo como base um ofício da autarquia, “em resposta a um requerimento dos deputados municipais laranja”, onde eram colocadas cinco questões relativas à paragem das obras na Estrada 25 de Abril, e ao qual a Câmara “se limitou a responder à primeira, deixando de lado as restantes cinco”, refere em

comunicado a concelhia praiense.

Em causa estão explicações e responsabilidades pedidas pelos sociais-democratas a 11 de Outubro passado, sobre uma obra, “a da Estrada 25 de Abril”, que se encontra “parada quase desde o seu início, sem justificação aparente nem da Câmara ou do Governo Regional, e sem ninguém assumir o que quer que seja face aos prejuízos causados pela situação, que aliás ainda se mantém”, esclarece o PSD local.

Na terça-feira da semana passada, foi então enviada a resposta por parte da Câmara, mas através do Chefe de Gabinete do Presidente, que nela faz “uma série de considerações de cariz político-partidário, evidenciando a subserviência da autarquia aos interesses da máquina do Partido Socialista quando o que está em causa é o bem-estar dos moradores da Estrada 25 de Abril – independentemente das suas opções políticas – e as consequências da paragem dos trabalhos naquela importante via do Concelho”, diz a concelhia presidida por Paulo Ribeiro.

Para o PSD o Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória revela um “profundo desrespeito pelas instituições democráticas do Município, ao não responder a um requerimento proveniente da Assembleia Municipal, delegando essa tarefa no seu Chefe de Gabinete”, enquanto o seu executivo mostra “total incapacidade para planear e coordenar trabalhos de grande dimensão como o referido, refugiando-se em argumentos pouco sólidos e completamente descabidos”.

Segundo os social-democratas praienses, “e à semelhança do que aconteceu com a paragem das obras na Marginal”, a Câmara justifica-se com a verificação anterior, esquecendo-se de que “já lá vão dois anos de mandato e que estas obras têm saltado de orçamento em orçamento, servido de bandeira propagandística desde 2005”. Assim, para o PSD, o único responsável por todos estes atrasos é o actual executivo “que se embala à mercê do Partido Socialista contra os interesses da Praia da Vitória e dos seus habitantes”, relembrando ainda que “a intervenção na Estrada 25 de Abril foi divulgada e promovida em conjunto pelo Governo Regional e pela Câmara a 30 de Janeiro de 2006, e deveria estar concluída a meados de 2007. Estamos em Novembro e os moradores continuam à espera”, concluem. – Gab.IMP. PSD/Açores





COMUNICADO JSD PONTE DA BARCA

## A Comissão Política da JSD de Ponte da Barca, sempre sustentada pela coerência e pensamento próprio que defende e preconiza, comunica que:

1. A JSD Ponte da Barca, desde sempre assumiu uma postura de responsabilidade e seriedade em todas as suas acções, pelo que, hoje, com equipamentos e instalações desportivas de superior qualidade no concelho e homologada a construção de um novo Campo de Futebol, assumimos a nossa satisfação, por entendermos ser este um facto relevante para o concelho;

Enalteçemos, portanto, a visão das políticas que, a respeito do desporto, o actual executivo tem seguido, dando execução aos projectos deixados pelo anterior executivo social democrata, nomeadamente pelo ex. Vereador do Desporto, Dr. Augusto Marinho;

2. Consideramos que uma política específica para a juventude barquense não poderá ignorar e desresponsabilizar-se de matérias tão fundamentais como o incentivo às práticas desportivas.

O desporto constitui uma actividade fundamental no processo de desenvolvimento do ser humano. E constitui um óptimo suporte no processo educativo dos jovens;

3. Contudo, a esta definição de princípios, por todos aceite, nem sempre tem correspondido a realização, na prática, de esforços e acções que alterem a actual realidade desportiva, nomeadamente no que toca à manutenção e gestão das infra-estruturas existentes, por parte do actual executivo;

4. Chamamos, à atenção nomeadamente para a zona envolvente ao Pavilhão Desportivo de Ponte da Barca, a qual está entregue ao total abandono, representando um verdadeiro perigo aos que o frequentam e um verdadeiro desincentivo à prática desportiva por quem lá passa, nomeadamente aos estudantes que mesmo em frente desenvolvem as suas actividades lectivas;

5. A JSD exige, portanto, o cumprir dos objectivos – pautados pelo próprio executivo – na área do desporto e lazer, em particular, quanto ao Pavilhão Desportivo e zona envolvente, designadamente dando execução aos projectos deixados pelo anterior executivo do PSD no GTL (Gabinete Técnico Local);

6. A JSD Ponte da Barca continuará, como até agora esteve, atenta a todas as questões que aos Barquenses digam respeito, prestando especial atenção a todas as situações que venham a decorrer do acto assumido pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Secretário de Estado do Desporto no que à Carta Desportiva diz respeito.

12 de Novembro de 2007

A Comissão Política da JSD Ponte da Barca

COMUNICADO IMPRENSA

## JSD/Açores quer estudo sobre toxicodependências nos Açores

A Juventude Social Democrata dos Açores tem vindo a constatar no terreno que o fenómeno da toxicodependência vem afectando já uma significativa parte da juventude dos Açores nos diferentes grupos socioeconómicos. Infelizmente é uma realidade dos Açores, bem provada nas grandes quantidades de drogas apreendidas pelas polícias.

A JSD/Açores defende a adopção de medidas eficazes que contrariem este aumento de consumo de drogas.

Assim, os jovens social-democratas dos Açores propõem:

-A realização de um estudo e inquérito dirigido às populações juvenis e aos meios escolares desta Região sobre o consumo de drogas e bebidas alcoólicas, como um passo importante para o real conhecimento da sua abrangência e de alerta para o problema;

-Uma maior fiscalização nos nossos mares, portos e aeroportos, pois são locais de grande permeabilidade para a entrada de estupefacientes;

-A criação de mais e eficazes centros de atendimento a toxicodependentes nos Açores;

-Implementação de programas de tratamento de toxicodependentes nos estabelecimentos prisionais;

-Maior eficácia na fiscalização à venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos.

A bem da Juventude. A bem dos Açores.

JSD/Açores

Ponta Delgada, 7 de Novembro de 2007

## JSD/Vila Franca do Campo organiza Marcha Contra as Drogas

A Juventude Social Democrata de Vila Franca do Campo irá organizar no próximo Domingo, dia 11 de Novembro, pelas 15 horas, uma marcha contra as toxicodependências.

Com esta iniciativa, a JSD pretende alertar os jovens para não enveredarem pelos caminhos das drogas, situação que já aflige um grande número da população juvenil micaelense. Esta iniciativa também serve de protesto ao governo regional que nada faz para impedir este flagelo social que assombra cada vez mais as famílias em São Miguel.

Recorde-se que em Outubro a JSD levou a cabo, em Vila Franca do Campo, um debate entre militantes onde este tema foi abordado, ficando bem vincado que é urgente envolver as entidades governativas competentes, de modo a fazer-se um trabalho de rua, identificando os casos problemáticos e arrançando soluções que possam ajudar as pessoas a saírem do vício. Para além disso, a JSD considera de extrema importância fazer-se iniciativas nas escolas, desde as primárias, passando pelo ensino profissional, com o objectivo de prevenir que os mais novos consumam estupefacientes.

A marcha contará com a presença dos militantes da JSD, sendo também aberta a toda a população. O seu início será no largo Bento de Góis, pelas 15h, indo depois percorrer as artérias principais de Vila Franca do Campo, terminando na rotunda junto ao novo pavilhão multiusos.

Ponta Delgada, 7 de Novembro de 2007.

Gabinete de Imprensa da JSD/São Miguel.

*Para mais informações contactar a Presidente da JSD/Vila Franca do Campo, Raquel Melo – 917929610.*

# Uma Geração de “Peso”

## Sérgio Santos

(Vice-presidente da JSD/GAIA)

Longe vai o tempo em que se afirmava que “Gordura era formosura”.

Agora, a Obesidade é qualificada como uma doença crónica de armazenamento excessivo de gordura com elevado significado médico, psicológico, social, físico e económico.

A União Europeia debate-se, actualmente, com este grave problema de saúde e a Comissão Europeia já noticiou que o excesso de peso e obesidade aumentou significativamente nos últimos vinte anos, estimando-se que 200 milhões de cidadãos europeus têm excesso de peso ou são obesos, e desses 200 milhões, 22 milhões são crianças.

Em Portugal o cenário não é mais animador, existe actualmente no nosso país 1,5 milhões de pessoas obesas (14,5%) e 4 milhões têm excesso de peso (37%) e o dado mais perturbador é que uma em cada três crianças portuguesas sofre de obesidade.

O Governo não tem dado solução a este sério problema de saúde ou se tem dado resposta tem sido tão tímida que não tem produzido qualquer efeito útil e necessário.

A maioria dos Centros de Saúde continua sem possuir, nos seus quadros médicos, especialistas em Nutrição e os Médicos de Família pouca ou nenhuma formação têm nessa área.

Apenas um Nutricionista por 180 mil portugueses é claramente escasso para prevenir e combater este flagelo das sociedades desenvolvidas.

Bem vistas as coisas, quem procura ajuda nos Centros de Saúde para este problema o mais certo é não encontrar uma resposta adequada apesar da boa vontade e auto-formação dos clínicos.

Apesar de reconhecida como doença crónica, os medicamentos disponíveis em Portugal para tratamento da obesidade beneficiam de uma escassa comparticipação por parte do Estado.

Os doentes obesos têm de suportar uma grande parte dos custos dos medicamentos, custos que “emagrecem” os seus orçamentos familiares.

Em vez de comparticipar os medicamentos para tratamento da obesidade, de uma forma significativa, o Governo apenas comparticipa os medicamentos que têm como fim tratar das doenças provocadas pela Obesidade (*por exemplo*: Diabetes, Hipertensão Arterial, Doenças Cardio-Vasculares). Este Governo esquece-se, por completo, de dar resposta à principal causa dessas doenças.

Este raciocínio encontrasse completamente errado, tanto em termos médicos, como em termos económicos, pois, *seria mais económico para o Estado tratar da obesidade do que tratar das doenças que ela provoca.*

Mas os erros ou a negligência do Governo continuam no campo da prevenção, o Governo tem repensar totalmente o modo de actuar.

Não basta impor a retirada dos chocolates e refrigerantes das escolas, pois os estudantes começam a levar de casa ou a comprar no exterior das escolas. É necessário implementar medidas que produzam resultados mais eficazes e mais duradouros.

É importante “tornar moda os comportamentos alimentares saudáveis”, e isso só se consegue com o envolvimento de todos, inclusive das próprias crianças.

**Será oportuno introduzir** a “Educação nutricional” nos currículos escolares do 1º ciclo, onde o objectivo seria ensinar as crianças a fazerem as escolhas nutricionais saudáveis e a entenderem o porquê dessas escolhas.

A JSD/Gaia não pode deixar de ver com preocupação a ausência de políticas concertadas pelos vários Ministérios deste Governo no combate a esta doença. A Obesidade é um problema global e deve ser tratado como tal e não tratado sectorial e esporadicamente como tem sido até hoje!



Encerramento do XI Congresso

## Luis Filipe Menezes encerrou o XI Congresso insistindo em proposta para acordo parlamentar sobre investimentos públicos



O líder do PSD renovou a proposta dirigida ao Governo para, no âmbito parlamentar, celebrar um acordo sobre os investimentos públicos a realizar a médio prazo. Considerando que a celebração deste acordo será uma «medida razoável, de clareza, rigor e transparência», Luís Filipe Menezes desafiou o executivo PS a aceitar que sejam definidas «regras escrupulosas» para os investimentos públicos a realizar nos próximos anos.

O presidente do PSD, que falava no encerramento do XI Congresso dos Trabalhadores Sociais-Democratas, Domingo, em Lisboa, criticou a «agressividade» demonstrada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante o debate do Orçamento de Estado. «Não me verão fazer ataques de carácter ao primeiro-ministro como o temos visto fazer a antigos primeiros-ministros do PSD», frisou Menezes.

O líder do PSD lembrou também o tempo dedicado ao PSD, no debate do orçamento. «É medo, receio, deste PSD renovado, com propostas concretas», salientou.

(veja mais notícias em “Actividades do Presidente”) . Fotos Luís Saraiva.



## O Orçamento de Estado do PS para 2008

Mais uma vez o Governo do Partido Socialista agrava as condições de vida dos portugueses através do aumento da carga fiscal.

São os trabalhadores portugueses, em especial os reformados e deficientes, que vêem diminuir as suas pensões.

O IVA de 21% comprime a economia e encarece muitos produtos de primeira necessidade bem como todas as prestações de serviços.

A carga fiscal sobre os produtos petrolíferos atinge os 80% de custo dos produtos.

No início do próximo ano vamos ter as habituais “correções” de bens essenciais de consumo.

No entanto o Governo continua a esconder as suas dívidas.

Vejamos, por exemplo, o caso das Estradas de Portugal (EP) que tecnicamente falidas e com dívidas relevantes sai do Orçamento de Estado.

São estas e outras artimanhas do Governo PS que servem para enganar alguns portugueses mais desatentos.

Os TSD / AML denunciam pois publicamente o seu desacordo com o Orçamento de Estado do PS para 2008 que virá certamente agravar a vida já difícil da maioria dos portugueses. – TSD/Lisboa



## AMADORA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Amadora, para reunir no dia 18 de Dezembro, terça-feira, pelas 18 horas, na sede concelhia do PSD, sita na Rua 11 de Setembro, lj 4 c Amadora, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto único:** Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

**Notas:** As urnas estarão abertas das 18.00 horas até às 23.30 horas.

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, até às 24.00 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Rua 11 de Setembro, lj 4 em Amadora, devendo respeitar os requisitos exigidos pelos Estatutos Nacionais do PSD e pelo seu Regulamento Eleitoral

## ALJEZUR

Nos termos do artigo 50º, alínea c) dos Estatutos e artigo 3º do Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Secção de Aljezur, para uma reunião no dia 17 de Dezembro de 2007, das 18h00 às 20h00, na sede concelhia, sita na Rua D. Francisco Gomes Avilar, nº 12-A, Igreja Nova – Aljezur, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

**Ponto único:** Eleição da Comissão Política de Secção.

**Nota:** As listas de candidaturas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, nos termos do artigo 4º do Regulamento Eleitoral.

## ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo do artigo 37º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro do PSD, para uma reunião ordinária realizar no próximo dia 24 de Novembro de 2007 (sábado), pelas 17h30, no Auditório do Parque de Feiras e Exposição de Aveiro, sito na Rua D. Manuel Almeida Trindade, em Aveiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política e partidária, com a presença de um elemento da Comissão Política

Nacional;

**Nota:** Nos termos do Plano de Actividades para 2007 estava previsto que a próxima reunião de Assembleia Distrital de Aveiro tivesse lugar a 30 de 30 Novembro.

No entanto, e correspondendo a solicitação da CPN, que vai participar nessa reunião através de um dos seus membros, a mesma foi antecipada para 24 de Novembro, conforme convocatória que antecede.

## ASSEMBLEIA DISTRITAL LISBOA AM

Nos termos dos artigos 37º e 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da AML do PSD, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 23 de Novembro de 2007 (sexta-feira), PELAS 21H30, no Altis Park Hotel, sita na Av Eng Arantes de Oliveira 9, em Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Tomada de posse dos novos órgãos da Distrital de Lisboa AM do PSD;
2. Análise da situação política.

Estará presente um Membro da Comissão Política Nacional.

## ASSEMBLEIA DISTRITAL LISBOA AO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste, para reunir em sessão ordinária, no dia 23 de Novembro de 2007 (sexta-feira), pelas 21h30, no Salão Nobre da Junta de Freguesia do Cadaval, sito na Rua Padre José I. Pereira, nº 55, em Cadaval, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Análise da situação política actual;
2. Outros assuntos de interesse.

## ASSEMBLEIA DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir em sessão extraordinária, dia 16 de Novembro de 2007, sexta-feira, pelas 21h30, na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, sita na Avenida da Boavista, 4245 – Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política, com a presença de um membro da Comissão Política Nacional.

## ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SETUBAL

Nos termos do artigo 39º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setubal do PSD para reunir, em sessão ordinária, no dia 7 de Dezembro de 2007, sexta-feira, pelas 21h00, no Hotel Esperança, na Sala Arrábida, sito na Avenida

Luisa Todí, em Setubal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária.

**Nota:** Nesta Assembleia estará presente um membro da Comissão Política Nacional do PSD.

## ASSEMBLEIA DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 16 de Novembro de 2007, pelas 21h00, no Auditório do Hotel Viana Sol em Viana do Castelo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise Política partidária;
3. Outros assuntos.

**Nota:** Intervirá no 2º ponto da ordem de trabalhos um membro da Comissão Política Nacional do PSD.

## CASTELO DE VIDE (CPD PORTALEGRE)

Nos termos do nº 3 do artigo 71º dos Estatutos Nacionais do PSD, bem como das disposições conjugadas dos artigos 3º e 9º do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Secção de Castelo de Vide do PSD, para reunirem extraordinariamente, em 14 de Dezembro de 2007 (sexta-feira), entre as 20h00 e as 22h00, na sede concelhia, sita na Rua da Oliveira, nº 35 – 1º Esq, em Castelo de Vide, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

**Ponto único:** Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

**Nota:** As listas deverão ser entregues na Sede Distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

## CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves, para reunir no próximo dia 23 de Novembro de 2007, sexta-feira, pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua Tenente Valadim, 47 com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

**Ponto um:** Informações;

**Ponto dois:** Análise da situação política;

**Ponto três:** Outros assuntos.

**Nota:** Se à hora marcada o número de militantes não for suficiente para que a Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

## ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Elvas, para participarem na Assembleia Concelhia, que se vai

realizar no próximo dia 14 de Dezembro de 2007, das 18h00 às 23h00, no Salão do Hotel D. Luís em Elvas

Ordem de Trabalhos

**Ponto único:** Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

**Nota:** As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto Eleitoral, no local da eleição, no Hotel D. Luís, em Elvas.

## GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e de acordo com o deliberado na última Assembleia Concelhia, convoco os militantes, para reunir em Assembleia de Secção de Golegã, no sábado, dia 15 de Dezembro de 2007, pelas 20:30 horas, em Azinhaga (Rua da Praça, nº 6) com a seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto Um –** Actividade dos Autarcas Locais eleitos pelo PSD;

**Ponto Dois –** Carta de Demissão do Presidente da Comissão Política do PSD da Golegã;

**Ponto Três –** Debate sobre os Desafios para o PSD da Golegã nos próximos 2 anos;

**Ponto Quatro –** Outros Assuntos.

## MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da secção da Maia, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 7 de Dezembro de 2007, sexta-feira, com início às 21h00, no Auditório Venepor, sito na Rua Simão Bolívar – Maia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação e aprovação do Plano de Actividades e do Orçamento da Secção para o ano de 2008;
2. Análise da situação política.

## NÚCLEO DE CRETUMA – VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se os militantes do Núcleo de Crestuma – Vila Nova de Gaia, do PSD, a reunirem em Assembleia Plenária de Núcleo no dia 26 de Novembro de 2007, pelas 21h00, no Salão Nobre da Junta de Freguesia, sito na Av. Da saudade, 33 Crestuma. Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

**Ponto único:** Análise da situação política.

## NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de militantes do Núcleo Ocidental do Porto do PSD, a reunir no dia 20 de Novembro de 2007, pelas 21h30, na sede do Núcleo na RUA do Pinheiro Manso 305, Porto, com a seguinte



Ordem de Trabalhos  
Ponto único: Análise do mandato da Comissão Política de Núcleo.

## PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Portimão do PSD, para reunir no dia 15 de Dezembro de 2007 (sábado), pelas 17h", na sede do Partido, sita na Rua Machado Santos, n.º 17, em Portimão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação financeira;
3. Análise da situação política Local e Distrital;
4. Apresentação do Candidato à Câmara Municipal 2009;
5. Outros assuntos de Interesse.

## SECÇÃO D

Por lapsos dos serviços na foi publicada a convocatória da Secção D, na última edição do Povo Livre, pelo que pedimos as nossas sinceras desculpas.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes da Secção D de Lisboa para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 14 de Novembro de 2007, pelas 21h30, na Sala Terraço das Estrelas, do Hotel Comfort Inn Embaixador, sito na Av. Duque de Loulé, n.º 73 (frente à Sede da Secção D), em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Grupos temáticos
- 3 - Análise da situação política

Nota: se à hora fixada para o início dos trabalhos não existir quórum, a Assembleia iniciar-se-á trinta minutos depois, com qualquer número de militantes presentes.

## SEVER DO VOUGA

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes desta secção, para reunirem no dia 15 de Dezembro de 2007, das 19h00 às 23h00, na sede concelhia, sita na Rua do Casal – 3740 Sever do Vouga, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa do Plenário.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

## SILVES

De conformidade com os Estatutos Nacionais do PSD, e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes para a reunião da Assembleia de Secção de Silves do PSD, a realizar no próximo dia 14 de Dezembro de 2007, pelas 20h30, na sede de Secção, sita na Rua Cândido dos Reis, Lote C, Loja B, em Silves, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 20h30 às 23h00. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir estatutariamente, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Para o efeito, a secção estará aberta para a recepção de candidaturas das 22h30 às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral só poderão votar e ser eleitos os militantes que, à data da eleição, se encontrem inscritos no PSD há, pelo menos seis meses e que tenham as suas quotas em dia, isto é pagas até ao décimo dia anterior ao acto eleitoral.

1. Todas as candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos:

a) Ser apresentadas por listas completas para cada órgão, contendo o nome, número de militante e número de Bilhete de Identidade de cada candidato;

b) Ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;

c) Ser acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente.

2. Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura.

3. Nenhum militante pode aceitar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão.

4. As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia respectiva ou a quem o possa substituir, na sede do respectivo órgão, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, devendo de tal apresentação ser passado o adequado recibo, com a menção das possíveis irregularidades que, na altura, sejam constatadas.

5. Das listas de Delegados à Assembleia Distrital devem os Presidentes de Mesa das

Assembleias de Secção respectivas dar conhecimento ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital.

6. Qualquer irregularidade verificada numa lista de candidatos poderá ser corrigida até às 24 horas do dia anterior ao da Assembleia em que decorrerá o acto eleitoral.

7. Para que uma lista possa ser entendida como completa, deverá a mesma conter o número mínimo de candidatos previstos nos Estatutos.

8. Podem, no entanto, as listas para as quais os Estatutos o não exijam, conter candidatos suplentes.

9. Em nenhuma circunstância o número de candidatos suplentes poderá ser superior a 30% do número total de candidatos efectivos.

## SOUSEL (CPD PORTALEGRE)

Nos termos do n.º 3 do artigo 71º dos Estatutos Nacionais do PSD, bem

como das disposições conjugadas dos artigos 3º e 9º do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Secção de Soussel do PSD, para reunirem extraordinariamente, em 14 de Dezembro de 2007 (sexta-feira), entre as 20h00 e as 22h00, na sede concelhia, sita na Rua Direita, 5, em Soussel, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: As listas deverão ser entregues na Sede Distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

## VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Vale de Cambra para reunirem, no dia 14 de Dezembro de 2007, sexta-feira, na sede do PPD/PSD, sita na Av. Camilo Tavares de Matos, edifício da Caixa Geral de Depósitos, 1º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política da Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h30.

As listas candidatas, respeitando os requisitos exigidos pelo Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral só poderão votar e ser eleitos os militantes que, à data da eleição, se encontrem inscritos no PSD há, pelo menos seis meses e que tenham as suas quotas em dia, isto é pagas até ao décimo dia anterior ao acto eleitoral.

1. Todas as candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos:

a) Ser apresentadas por listas completas para cada órgão, contendo o nome, número de militante e número de Bilhete de Identidade de cada candidato;

b) Ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;

c) Ser acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente.

2. Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura.

3. Nenhum militante pode aceitar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão.

4. As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia respectiva ou a quem o possa substituir, na sede do respectivo órgão, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, devendo de tal apresentação ser passado o adequado recibo, com a menção das possíveis irregularidades que, na altura, sejam constatadas.

5. Das listas de Delegados à

Assembleia Distrital devem os Presidentes de Mesa das

Assembleias de Secção respectivas dar conhecimento ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital.

6. Qualquer irregularidade verificada numa lista de candidatos poderá ser corrigida até às 24 horas do dia anterior ao da Assembleia em que decorrerá o acto eleitoral.

7. Para que uma lista possa ser entendida como completa, deverá a mesma conter o número mínimo de candidatos previstos nos Estatutos.

8. Podem, no entanto, as listas para as quais os Estatutos o não exijam, conter candidatos suplentes.

9. Em nenhuma circunstância o número de candidatos suplentes poderá ser superior a 30% do número total de candidatos efectivos.

## VILA NOVA DE FAMALICÃO

Nos termos dos Estatutos e Regulamentos do PSD, convocam-se os militantes desta secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir na sua sede, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212, 3º andar, sala 14, no dia 15 de Dezembro de 2007, pelas 16h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 18h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção ou a quem legalmente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia.



## NÚCLEO DE TRAVASSÔ – ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Travassô, da Secção de Águeda, para reunir no próximo dia 15 de Dezembro de 2007, das 15 horas às 16 horas, na Rua do Canto, 39, Travassô, 3750-755 Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da JSD de Travassô.

Notas:

1- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Águeda, sita na Quinta das Oliveiras, 9, Águeda, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto

eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD;

2- As urnas estarão abertas das 15 horas às 16 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Águeda  
(Carlos Franco)

## LAGOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e seu Regulamento Eleitoral, convoco o Plenário da Secção da JSD de Lagoa, para reunir no dia 14 de Dezembro de 2007, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Lagoa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política da Secção.

Notas:

a) As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital;

b) Para o exercício do direito de voto as urnas estarão abertas das 21h30 às 23h00;

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Bruno de Azevedo Lage)

## SILVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e seu Regulamento Eleitoral, convoco o Plenário da Secção da JSD de Silves, para reunir no dia 14 de Dezembro de 2007, pelas 19 horas, na Sede Concelhia do PSD de Silves, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política da Secção.

Notas:

a) As listas de candidatos deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital;

b) Para o exercício do direito de voto as urnas estarão abertas das 19 horas às 20h30;

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Bruno de Azevedo Lage)

## VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Vila Nova de Gaia, para o próximo dia 20 de Novembro de 2007, pelas 21h30, na Sede do PSD/Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Actividade e Projectos Políticos da JSD/Gaia.

2 – Análise da Situação Política.

3 – Outros Assuntos.

O Presidente do Plenário da JSD  
Gaia  
(Noel Gonçalves)

## UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Estudantes sociais democratas da Universidade da Beira Interior (NESD-UBI) para reunir no próximo dia 14 de Dezembro de 2007, pelas 16 horas, na Sede Concelhia do PSD da Covilhã, sita na Rua Visconde da Coriscada, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Apresentação de Programa eleitoral;

- Eleição da Mesa e da Direcção do NESDUBI;

Notas:

As listas deverão respeitar os pressupostos enunciados nos estatutos e regulamento eleitoral, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Académica Distrital na Sede do PSD da Covilhã, na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Presidente da Mesa da Comissão Académica Distrital de Castelo Branco  
(Andreia Dias)

## SÃO PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de São Pedro do Sul para Assembleia Eleitoral, para o dia 15 de Dezembro de 2007 (Sábado), pelas 15h00, na Sede de Secção (Av. Sá Carneiro, Edifício Avenida, cave, em São Pedro do Sul), com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Eleições para os Órgãos de Secção:

Mesa do Plenário de Secção e Comissão Política de Secção.

Notas:

As urnas estarão abertas das 15 horas às 17 horas.

As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A Presidente da Mesa do Plenário de Secção de São Pedro do Sul  
(Mónica Almeida)

## TÁBUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Tábua, para uma reunião a realizar no próximo dia 15 de Dezembro de 2007 (Sábado), pelas 16 horas, na Sede do PSD de Tábua, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Distrital de

Coimbra ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamentos Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 16 horas às 18 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital  
(Ricardo Lopes)

## VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Valongo, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Dezembro de 2007, pelas 21 horas, na Sede de Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 880, em Ermesinde com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Análise da Situação política;

3 – Plano de Actividades.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção de Valongo  
(Frederico Amorim)